



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**A adoção e o bem-estar da criança: a
perspetiva de mães e pais adotantes. Um
estudo exploratório**

Nádia Raquel Proença Ramos

Orientação: Prof^a Doutora Heldemerina Pires

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: *Psicologia da Educação*

Dissertação

Évora, 2016



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Psicologia

Especialização em Psicologia da Educação

A adoção e o bem-estar da criança: a perspetiva de mães e pais adotantes. Um estudo exploratório

Nádia Raquel Proença Ramos

Orientadora:

Prof.^a Doutora Heldemerina Pires

ÉVORA, 2016

“Às crianças, aos pobres e a todos aqueles que sofrem na carne e na alma, oferece
sempre um sorriso de alegria”

(Madre Teresa de Calcutá, 1910-1997)

Agradecimentos

A entrega e dedicação ao presente estudo surge por um interesse pessoal cuja realização se verifica não apenas pelo gosto interno mas sobretudo, pelo apoio demonstrado por todos/as aqueles/as que tornaram este projeto possível. Deste modo, não poderia deixar de fazer os seguintes agradecimentos:

Aos meus pais, a quem devo a vida e a possibilidade de me formar e ser aquilo que sou hoje.

À Professora Doutora Heldemerina Pires, pelo carinho e paciência e por ter tornado possível o cumprimento da minha enorme vontade em estudar sobre a adoção.

Ao Tiago, por ser o meu companheiro e o meu maior confidente, pelo carinho e apoio incondicional, e por estar ao meu lado em muitos momentos da minha vida.

À Ana Isabel e à Dinha, por estarem comigo desde sempre, pela amizade, carinho e respeito incondicional e por acreditarem sempre em mim.

Ao tio Carlos, pela confiança e carinho, e por me fazer acreditar que seria possível.

Ao António, ao Luís, à Elisabete, à Marta, à Maria, e a todos aqueles que comigo se cruzaram nesta aventura, um grande obrigada por terem sido os melhores amigos de sempre, e por terem tornado a minha passagem por Évora ainda mais bonita.

Ao Padre Hermínio Rico, pela presença na minha formação desde o primeiro ao último dia em Évora e, por ter sido o rosto de Cristo para mim sobretudo nos momentos mais difíceis.

Aos amiguinhos da FCT, por me terem emprestado a vossa faculdade para as minhas pesquisas, pela companhia e amizade.

Às mães e pais que se disponibilizaram a participar no meu estudo, pelo testemunho e generosidade de coração que todas/os demonstraram ter.

A adoção e o bem-estar da criança:

A perspectiva de mães e pais adotantes. Um estudo exploratório

Resumo

O presente estudo visa perceber, de acordo com a perspectiva de mães e pais adotantes, o contributo da adoção para o bem-estar da criança. Para tal, procura-se analisar o entendimento dos mesmos em relação ao bem-estar da criança, assim como as motivações à adoção e principais dificuldades sentidas no processo de adoção e finalmente, compreender a adaptação da criança e da família à mudança, bem como as estratégias utilizadas para o efeito. No estudo, foram envolvidos nove participantes, mães e pais adotantes, aos quais foi realizada uma entrevista semiestruturada. Os resultados foram analisados com recurso à técnica de análise de conteúdo, tendo revelado uma coincidência entre o entendimento das mães e pais adotantes sobre o bem-estar da criança e os dados da literatura. Verificou-se também, uma adaptação pautada por algumas dificuldades e necessidades da criança, sendo o apoio técnico uma das principais estratégias de integração utilizada pelas mães e pais adotantes.

Palavras-chave: Adoção, bem-estar da criança, mães e pais adotantes, adaptação da criança, estratégias de adaptação.

Adoption and children well-being:

Adoptive mothers and fathers perspective. An exploratory study

Abstract

This study aims to understand, according to adoptive mothers and fathers perspective, the contribution of adoption for the children's well-being. To this end, it seeks to analyze the understanding of them in relation to children's well-being, as well as the motivation to adopt, the main difficulties in the adoption process and finally to understand the adaptation of the child and family to change as well as the strategies used for the purpose. In this study, there were involved nine participants, adoptive mothers and fathers, to which a semi-structured interview was conducted. The results were analyzed using the content analysis technique, which has revealed similar results with the literature. There has been revealed an adaptation marked by difficulties and needs of the child, with the technical support one the main integration strategies used by adoptive mothers and fathers.

Keywords: Adoption, child well-being, adoptive mothers and fathers, child adjustment, adaptation strategies

Índice

Introdução	1
Parte I – Enquadramento Teórico	3
Capítulo I – Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança	3
1.1 Conceito e Definição de Bem-Estar	3
1.2 Tradições Filosóficas de Concetualização de Bem-Estar	4
1.2.1 Hedonia	4
1.2.2 Eudaimonia	5
1.3 Modelo de Bem-Estar Psicológico de Ryff	6
1.4 O Bem-Estar da Criança e o seu Desenvolvimento	8
1.5 A Proteção da Criança	12
Capítulo II – A Adoção e Bem-Estar da Criança	17
2.1 A Adoção	17
2.1.1 Definição e conceito de Adoção	17
2.2 O Processo de Adoção	18
2.2.1 Motivações à Adoção	20
2.3 A Criança adotada	21
2.4 A Família Adotiva	26
2.4.1 A Integração da Criança na Família Adotiva	28
Parte II – Estudo Empírico	31
Capítulo III – Método	31
3.1 Considerações Metodológicas	31
3.2 Problemática do Estudo	32
3.3 Objetivos do Estudo	33
3.4 Instrumentos	33
3.5 Procedimentos gerais de recolha e tratamento dos dados	34
3.6 Caracterização dos participantes	36
Capítulo IV – Apresentação dos Resultados	39
4.1 Apresentação e descrição do sistema de categorias	39
Capítulo V - Análise e discussão dos resultados	57
5.1 Entendimento das mães e pais adotantes face ao bem-estar da criança	57
5.2 Motivações à adoção	59
5.3 Dificuldades sentidas no processo de adoção	60

5.4 Adaptação da criança e da família à mudança	60
5.5 Estratégias utilizadas na adaptação da criança e da família à mudança	63
Conclusão	65
Referências	69
ANEXOS	79
Anexo I – Guião de Entrevista Semiestruturada	79
Anexo II – Consentimento Informado	82
Anexo III – Exemplo de entrevista	83

Introdução

Quando se aborda o significado de bem-estar compreende-se que este tem a ver com a realização do potencial da pessoa por intermédio do desenvolvimento das dimensões física, emocional, mental e espiritual, dirigindo-se ao próprio, aos outros e ao meio envolvente (Kickbusch, 2012). É com base nesta premissa, que iniciamos o estudo sobre o bem-estar e de que modo a adoção contribui para tal. A necessidade de cuidado e carinho é inerente a todo o ser humano, o que justifica a sua consideração enquanto objeto de estudo da Psicologia.

No sentido de realizar uma compreensão integral do conceito de bem-estar verificou-se uma necessidade de aprofundamento do tema pelo que, o presente estudo se inicia por uma breve abordagem das tradições filosóficas sobre o entendimento de bem-estar, convergindo para o enquadramento sobre o bem-estar específico da criança. Neste sentido, Matias (2014) refere que a criança aprende a amar na medida em que experiencia o sentimento de ser amada, sendo a família um espaço de excelência ao exercício de fortes relações de afeto, nomeadamente, a filiação, a fraternidade e o amor (Alarcão, 2006).

Embora seja notável a função essencial da família no âmbito do bem-estar da criança, verificam-se situações em que o mesmo não é assegurado (Capelo & Carinhas, 2011). Desta forma, a revisão de literatura sobre as situações que colocam a criança em perigo e sob a necessidade de proteção, surge como a ponte para o entendimento da adoção enquanto promoção de bem-estar da criança.

De acordo com Salvaterra (2007) a adoção permite um encontro com as necessidades da criança, focando-se no bem-estar da mesma. Considerando que qualquer criança em processo de adoção terá experienciado anteriormente um evento traumático (Johnson, 2002), a adoção coloca a criança numa posição privilegiada atendendo às suas necessidades.

O sentimento de segurança que a adoção, mais concretamente a família adotiva pode proporcionar à criança, possibilita o desenvolvimento da sua identidade e habilidade social, bem como a sua adaptabilidade (Barcons et al., 2012).

Assim, o presente estudo, tem como objetivo geral perceber de que modo a adoção contribui para o bem-estar da criança, de acordo com a perspetiva de mães e pais adotantes. Para a reunião de dados necessários, o mesmo é orientado por um conjunto de objetivos específicos nomeadamente, a compreensão sobre o entendimento de mães e pais adotantes em relação ao bem-estar da criança; a

identificação das motivações e dificuldades sentidas no processo de adoção; a compreensão sobre a adaptação da criança e das mães e pais adotantes à mudança e, alterações na dinâmica familiar no sentido de lhe fornecer o bem-estar e finalmente, a identificação das estratégias utilizadas como meio de facilitar a adaptação da criança e da família à mudança.

O estudo encontra-se organizado por duas partes. Numa primeira parte, é apresentado o enquadramento teórico cuja revisão de literatura diz respeito ao tema apresentado, estando dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo são abordados os conceitos de bem-estar geral e de bem-estar da criança, terminando com a revisão sobre as situações que colocam a criança em perigo e sob a necessidade de proteção. O segundo capítulo apresenta uma abordagem ao conceito e definição de adoção, integrando também uma revisão sobre as motivações à adoção e o desenvolvimento do processo. De seguida, apresenta-se uma revisão sobre as necessidades e desenvolvimento da criança adotada e das famílias adotantes, de modo a compreender todas as vicissitudes, dificuldades e necessidades inerentes à criança e à respetiva família adotante.

Quanto à segunda parte deste estudo, esta diz respeito ao estudo empírico, assente na metodologia de investigação qualitativa. Esta parte integra a problemática do estudo, os objetivos, a apresentação dos instrumentos utilizados na recolha de dados, os procedimentos gerais de recolha e tratamentos de dados, a caracterização dos participantes, apresentação dos resultados e, análise e discussão dos mesmos considerando a revisão de literatura apresentada na primeira parte deste estudo.

Finalmente, apresenta-se a conclusão geral do estudo, assim como as suas limitações e futuras recomendações.

Parte I – Enquadramento Teórico

Nesta primeira parte do presente trabalho, evidencia-se uma revisão de literatura sobre o bem-estar geral e sobre a condição da infância.

Assim, no primeiro capítulo pretende-se expor uma conceitualização de bem-estar estando inicialmente apoiado nas tradições filosóficas, sendo este o seu ponto de partida de acordo com autores como Diener (1984), Ryan & Deci (2001), Huta e Ryan (2010), Huta e Waterman (2014) e Ryff (2014), no âmbito do estudo do bem-estar. Com base na ideia destes autores, segue-se um entendimento sobre o bem-estar da criança à luz da Convenção sobre os Direitos da Criança, aliada ao modelo de desenvolvimento ecológico de Bronfenbrenner.

Dada a importância do papel da família no desenvolvimento e bem-estar da criança, são consideradas as situações em que o mesmo ocorre num contexto pouco favorável, justificando com isto a necessidade de proteção da criança.

Neste sentido, o enquadramento teórico considera ainda, a definição e conceitualização da Adoção, assim como a integração da criança na nova família.

Capítulo I – Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança

1.1 Conceito e Definição de Bem-Estar

A compreensão sobre o bem-estar designa uma importante questão à vida do sujeito, sendo essencial o seu alcance (Huta & Ryan, 2010). O seu estudo científico considera a influência significativa de um conjunto de campos relacionados, abarcando diferentes áreas da psicologia (Lambert, Passmore, & Holder, 2015).

De acordo com Ryan e Deci (2001), o conceito de bem-estar refere-se ao ótimo funcionamento psicológico, incluindo a experiência do sujeito. No mesmo sentido, Kickbusch (2012), refere que o bem-estar diz respeito a um estado de desempenho bem-sucedido ao longo da vida, o qual abarca funções físicas, cognitivas e socioemocionais cujo resultado se manifesta em atividades produtivas para a comunidade cultural, em relações sociais satisfatórias e, o desempenho em questões de natureza psicossocial e ambiental.

De acordo com Lambert et al. (2015) a tradição filosófica favorece o entendimento diversificado das conceitualizações de bem-estar e dos seus componentes. Neste sentido, o autor assegura que os termos hedonia e eudaimonia

designam duas grandes tradições filosóficas que orientam a atual compreensão de bem-estar, refletindo-se nas teorias precoces e contemporâneas dirigidas ao conceito. No mesmo sentido, Raghavan e Alexandrova (2015) destacam as teorias de bem-estar desenvolvidas por filósofos como um ponto de partida à compreensão do conceito.

As duas tradições baseiam-se segundo Ryan e Deci (2001) em visões distintas sobre a natureza humana e sobre o que constitui uma boa sociedade, respondendo a questões fundamentais à qualidade de vida e como pode ser alcançada (Huta & Waterman, 2014).

Assim, de acordo com Huta e Ryan (2010) a visão hedônica remete para a busca de prazer, conforto e gratificação, enquanto a visão de eudaimonia indica a procura do sujeito na sua maximização e desenvolvimento de potencial. Embora o sentimento positivo com a vida e o bom funcionamento sejam questões relacionadas, as mesmas são consideradas distintas (Keyes & Annas, 2009).

1.2 Tradições Filosóficas de Concetualização de Bem-Estar

1.2.1 Hedonia

A abordagem hedônica incide sobre a felicidade, sendo o bem-estar definido pela busca de prazer, gratificação e conforto (Ryan & Deci, 2001; Huta & Ryan, 2010), compreendendo o evitamento da dor e ausência de desconforto (Ryan & Deci, 2001; Huta & Waterman, 2014).

Diener e Lucas (1999, citado por Ryan & Deci, 2001) referem a avaliação do bem-estar subjetivo no âmbito da perspectiva do bem-estar hedônico, tendo sido recentemente reconhecido o crescimento do seu estudo (Giacomoni, 2004). De acordo com Diener (1984) a investigação do bem-estar subjetivo visa o estudo da satisfação com a vida do sujeito e o afeto positivo, sendo a relação dos dois componentes uma questão empírica.

Desta forma, a literatura relacionada com o bem-estar subjetivo diz respeito ao modo e a razão pela qual o sujeito experiencia a sua vida de forma positiva, incluindo julgamentos cognitivos e afetivos (Diener, 1984). O julgamento cognitivo considera questões racionais e intelectuais, sendo o julgamento afetivo relacionado com aspetos emocionais (Giacomoni, 2004). Com efeito, as avaliações subjetivas do sujeito em relação às suas emoções e satisfação com a vida designam o bem-estar emocional (Keyes, 2005, citado por Lambert et al., 2015).

As características inerentes ao bem-estar subjetivo designam que o mesmo diz respeito à experiência do sujeito (Campbell, 1976, citado por Diener, 1984), a compreensão do bem-estar enquanto ausência de aspetos negativos mas a referência a elementos positivos (Diener, 1984, citado por Giacomoni, 2004) e, a inclusão de uma avaliação total de todos os aspetos da vida do sujeito (Diener, 1984).

O bem-estar subjetivo procura portanto, estudar a experiência do sujeito na sua avaliação de vida e nos processos inerentes à mesma, o que favorece o entendimento do aumento da qualidade de vida (Giacomoni, 2004).

1.2.2 Eudaimonia

Partindo das teorias filosóficas no âmbito do desenvolvimento do bem-estar, Keyes e Annas (2009) referem a contribuição de Aristóteles na compreensão de eudaimonismo, tendo sido pioneiro na sistematização do conceito.

A filosofia de eudaimonismo foca o desenvolvimento das potencialidades do sujeito (Huta & Waterman, 2014). No mesmo sentido, também as definições contemporâneas integradas no âmbito da psicologia consideram o conceito de eudaimonia como um modo de vida no qual o indivíduo procura potencializar-se por intermédio do desenvolvimento dos seus talentos e utilização das suas virtudes com vista a atribuir significado ao seu crescimento pessoal (Huta et al., 2006; Waterman, 2007, citado por Lambert et al., 2015).

Ryan e Deci (2000, citado por Lambert et al., 2015) desenvolveram a teoria de auto-realização (enquanto modelo de eudaimonia) que considera o sentimento de eficácia e eficiência na realização da tarefa, a autonomia para escolher e controlar o comportamento orientado por objetivos intrínsecos e recompensas e ainda, o sentimento de pertença aos outros. As três dimensões consideram as necessidades inatas e psicológicas fulcrais ao bem-estar (Lambert et al., 2015). A auto-realização implica que o sujeito maximize o seu potencial, correspondendo o nível de bem-estar social e emocional do sujeito ao nível de necessidades alcançadas (hierarquia de Maslow) (Gorman, 2010).

O cumprimento das necessidades visa um objetivo natural da vida humana que delineou muitos dos significados e propósitos às ações humanas subjacentes (Deci & Ryan, 2000, citado por Ryan & Deci, 2001). Assim, Lambert et al. (2015) referem a possibilidade do indivíduo maximizar o seu próprio bem-estar atendendo às suas necessidades psicológicas essenciais.

De acordo com Lambert et al. (2015), Abraham Maslow foi o primeiro psicólogo a sistematizar o estudo do potencial humano, o autor descreveu o sujeito como um todo integrado e orgânico cuja motivação procura necessidades hierárquicas (Gorman, 2010). O mesmo utilizou o termo auto-realização no sentido da utilização de talentos e potencialidades do qual advém a conhecida hierarquia de necessidades de Maslow (Lambert et al., 2015). A hierarquia de necessidades começa com as necessidades fisiológicas, estando portanto na base da mesma, a qual dita por exemplo a necessidade de ar respirável, comida, água e abrigo (Maslow, 1943, citado por Jones, LaLiberte, & Piescher, 2015).

No nível seguinte situa-se a segurança que designa a necessidade de saúde física e segurança, assim como a segurança económica (Jones et al., 2015). De acordo com Gorman (2010), as necessidades de segurança são em parte determinadas pela lei em sociedades onde os valores e as crenças constituem uma base de as garantir.

Seguidamente situa-se o amor e o sentimento de pertença composto pelos relacionamentos com a família e amigos (Jones et al., 2015). Neste contexto, a família destaca-se enquanto instrumento na promoção de cuidado por intermédio de processos como a vinculação, relações entre colegas, comportamento pró-social, empatia e auto-controlo (Chase-Lansdale, Wakschlag, & Brooks-Gunn, 1995).

A auto-estima designa o nível seguinte na hierarquia, que inclui o desejo humano em sentir-se respeitado e realizado (Jones et al., 2015). No último nível da hierarquia está a auto-realização inerente à fase da vida em que o sujeito tenha atingido o seu pleno potencial, enquanto ser moral e criativo (Maslow, 1943, citado por Jones et al., 2015).

Em suma, as perspetivas de hedonia e de eudaimonia de bem-estar, refletem a felicidade de forma específica e distinta (Carlisle et al., 2009, citado por Lambert et al., 2015), embora sejam vitais para a felicidade, estando isoladas não constituem um entendimento completo do bem-estar (Lambert et al., 2015).

1.3 Modelo de Bem-Estar Psicológico de Ryff

De acordo com Machado e Bandeira (2012), a investigação científica relativamente ao estudo do bem-estar (no âmbito) psicológico, surge na década de 1960 dadas as transformações sociais, nomeadamente o fim da Segunda Guerra Mundial.

Apoiada no conceito de bem-estar desenvolvido por intermédio da tradição filosófica de eudaimonia (Machado & Bandeira, 2012), Ryff desenvolveu uma estrutura teórica integrada de bem-estar com base numa extensa revisão de literatura (Dierendonck, Díaz, Rodríguez-Carvajal, Blanco, & Moreno-Jiménez, 2008; Machado & Bandeira, 2012). O resultado advém da reunião das teorias da psicologia humanista, existencial, de desenvolvimento humano e saúde mental (Machado & Bandeira, 2012), contribuindo para a elaboração de uma base de seis dimensões/componentes-chave de bem-estar (Machado & Bandeira, 2012; Ryff, 2014).

Com efeito, o trabalho de Ryff (1989, citado por Machado & Bandeira, 2012) na definição de uma estrutura básica de bem-estar psicológico conduziu ao seu modelo de Bem-estar psicológico no final da década de 1980.

O modelo assenta em seis dimensões nomeadamente autonomia, domínio sobre o ambiente, existência de relações positivas com os outros, definição de um sentido/propósito para a vida, crescimento pessoal e, conhecimento e aceitação de si próprio (Dierendonck et al., 2008; Machado & Bandeira, 2012; Ryff, 2014; Lambert et al., 2015).

O domínio da autonomia designa o sentido de responsabilidade pelas próprias ações (Lambert et al., 2015) sendo as experiências pessoais avaliadas de acordo com os critérios do próprio (Ryff, 1989; Ryff & Keyes, 1995; Ryff & Singer, 2008, citado por Machado & Bandeira, 2012).

O domínio sobre o ambiente considera a competência pela escolha e criação de ambientes favoráveis ao crescimento focando a capacidade de controlo de fatores externos e internos (Lambert et al., 2015). No que diz respeito à existência de relações positivas com os outros, Ryan e Deci (2001) apontam a crescente valorização da psicologia relativamente à sua importância na medida em que os relacionamentos próximos possibilitam o apoio e confiança essenciais ao bem-estar, refletindo a capacidade do sujeito sentir empatia e demonstrar afeto (Lambert et al., 2015).

O domínio do crescimento pessoal refere o desenvolvimento do potencial pessoal por intermédio de novos desafios (Lambert et al., 2015), estando aberto a novas experiências (Ryff, 1989; Ryff & Keyes, 1995; Ryff & Singer, 2008, citado por Machado & Bandeira, 2012). E por fim, o domínio do conhecimento e aceitação de si mesmo, reflete a importância por uma atitude positiva em relação a si mesmo e aceitação dos vários aspetos da sua personalidade (Ryff, 1989; Ryff & Keyes, 1995; Ryff & Singer, 2008, citado por Machado & Bandeira, 2012).

Lambert et al. (2015) referem ainda, o bem-estar social como outro indicador importante inerente à tradição filosófica de eudaimonia. Neste sentido Keyes e Shapiro (2004, citado por Lambert et al., 2015) referem a importância da qualidade das relações do sujeito com as outras pessoas, assim como o bairro e a comunidade.

Em jeito de síntese, Kickbusch (2012) refere o bem-estar como a concretização do próprio potencial com base no desenvolvimento físico, emocional, mental e espiritual abarcando a dimensão do próprio, dos outros e do ambiente.

Desta forma, partindo de uma revisão de literatura sobre uma base para o conhecimento do significado de bem-estar, é possível realizar uma articulação de domínios com vista a entender as necessidades do sujeito.

1.4 O Bem-Estar da Criança e o seu Desenvolvimento

O bem-estar das crianças é, segundo Kickbusch (2012) um elemento essencial ao desenvolvimento e à resiliência social a médio e longo prazo. Nas últimas décadas, a garantia do bem-estar das crianças, surge como uma meta essencial na formulação de políticas sociais e de saúde cujo objetivo visa a garantia da qualidade do desenvolvimento da criança (Raghavan & Alexandrova, 2015; Pereira & Alarcão, 2010).

De acordo com Tomás e Fonseca (2004), as crianças assumem, a partir do século XIX a representação de uma identidade própria sendo os seus modos de vida, considerados distintos dos adultos e adequados às suas necessidades específicas, constituindo-se desta forma por um grupo social particular.

O ano de 1989 marcou um avanço significativo em relação à posição da criança na sociedade, tendo sido elaborada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) que diz respeito ao expoente máximo de promoção de medidas de defesa dos direitos da criança (Tomás & Fonseca, 2004; Jiang, Kosher, Ben-Arieh, & Huebner, 2014).

Ben-Arieh (2008, citado por Jiang et al., 2014) refere que a Convenção sobre os Direitos da Criança fornece um quadro normativo para a compreensão do bem-estar da criança, tendo este por base uma visão holística do desenvolvimento infantil e bem-estar equilibrados, enfatizando os direitos cívicos, políticos, sociais, económicos e culturais das crianças.

Na sua abordagem aos direitos humanos, a CDC, coloca a criança no centro das suas preocupações, seguindo ao mesmo tempo, uma perspetiva holística que considera todas as áreas relevantes da sua vida (United Nations, 1989; Pais, 1999, citado por

Fernandes, Mendes, & Teixeira, 2013). Numa perspectiva de direitos da criança, Kickbusch (2012) refere que a definição de bem-estar diz respeito à realização dos direitos e a satisfação da oportunidade da criança ser aquilo que quiser. Também Fernandes et al. (2013) salientam que a Convenção sobre os Direitos da Criança se apoia numa compreensão de bem-estar da criança como a realização dos direitos da criança. Neste sentido, de modo a assegurar o seu crescimento e desenvolvimento equilibrados, é fundamental que alguém lhes garanta cuidados de saúde e de afeto e a satisfação das suas necessidades e direitos básicos (Tomás & Fonseca, 2004).

Enquanto objeto de investigação científica, o bem-estar infantil, caracteriza-se pela pluralidade de abordagens e medidas, sendo operacionalizado e medido de modos diferentes por diferentes entidades ao serviço da criança (Raghavan & Alexandrova, 2015). Novamente, Ben-Arieh (2008, citado por Jiang et al., 2014) resumiu as tendências concetuais de bem-estar da criança integrando assim, (i) a criança enquanto unidade de análise; (ii) a consideração das atuais experiências subjetivas de bem-estar da criança; (iii) o caráter multidimensional do bem-estar atendendo contudo à utilidade dos índices sumários e, (iv) o bem-estar como sendo muito mais do que a sobrevivência ou ausência de patologia. Estando estas, segundo Jiang et al. (2014), em harmonia com o quadro fornecido pela Convenção sobre os Direitos da Criança.

Assim, a Convenção sobre os Direitos da Criança, estabelece um entendimento do bem-estar da criança quanto à realização dos seus direitos, considerando a criança como unidade de análise, salientando uma amplitude de temas e questões a ter em conta na avaliação do seu bem-estar (Fernandes et al., 2013). Com efeito, considera-se o direito da criança à proteção contra maus tratos e abuso e ainda, o direito de se transformar num adulto autónomo e ativo relativamente ao que lhe diz respeito (Alaimo and Klug, 2002; Freeman, 1998; Partridge, 2005, citado por Jiang et al., 2013).

Nesta perspectiva de bem-estar da criança, Kickbusch (2012) refere que, “O Innocenti Report Card 7 identificou seis dimensões relevantes para a vida e os direitos das crianças e salientou que o conceito de bem-estar é norteado pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança” (pág. 110).

Em relação com direitos da criança foram identificadas e avaliadas, as seguintes seis dimensões do bem-estar da criança: bem-estar material, saúde e segurança, bem-estar educativo, relacionamentos, comportamentos e riscos e, bem-estar subjetivo (Centro de Estudos Innocenti, CEI, 2007). (i) Na dimensão de bem-estar material das crianças, foram considerados enquanto componentes indicadores, a pobreza de rendimentos, os agregados familiares com adultos desempregados e, as medidas de

carência direta; (ii) quanto à dimensão de saúde e segurança, nesta foram incluídos aspetos como a saúde infantil, os serviços de prevenção de saúde e a segurança seja, as mortes relacionadas com acidentes, homicídio, suicídio assim como, questões de violência (CEI, 2007). (iii) A dimensão de bem-estar educativo considera de acordo com os mesmos dados da CEI (2007), o desempenho na leitura, matemática e ciências, sendo necessário o entendimento sobre o serviço prestado pelo sistema educativo no qual as crianças se inserem. Neste ponto, importa considerar que em Portugal, o quadro geral do sistema educativo é determinado pela Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto, correspondendo à Lei de Bases do Sistema Educativo. A mesma define que o sistema educativo diz respeito, ao “conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação (...) orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, (...)” (ponto 2, do Artigo 1º, Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto). (iv) No que diz respeito à dimensão de relacionamentos, de acordo com CEI (2007), as relações com a família e com as outras crianças são essenciais ao desenvolvimento emocional da criança repercutindo-se ainda no seu desenvolvimento, destacando-se enquanto indicadores desta dimensão, a estrutura familiar e as relações com colegas e pessoas amigas. Neste sentido, de acordo com Borges (2010), a família diz respeito ao primeiro e mais relevante contexto interpessoal de desenvolvimento humano sendo que, às relações familiares corresponde uma grande influência na qualidade de vida da criança. (v) No que concerne à dimensão sobre os comportamentos e riscos, são agrupados componentes relacionados com comportamentos de saúde e comportamentos de risco (que inclui o consumo de drogas, tabaco, álcool, atividade sexual de risco e ainda, gravidez precoce), englobando também experiências de violência, nomeadamente experiências de *bullying*, abusos e exposição a violência doméstica (CEI, 2007). (vi) Finalmente, a *dimensão de bem-estar subjetivo*, que procura compreender as opiniões da criança (CEI, 2007).

Kickbusch (2012) aponta o papel ativo da criança no estabelecimento do seu próprio bem-estar sendo por isso, essencial questionar a criança relativamente ao seu bem-estar. Desta forma, a família, vizinhos e amigos com efeitos negativos e positivos, experiências de ser intimidado por outros jovens e, experiências de injustiça por parte de adultos colaboram num quadro significativo para explicar a variação no bem-estar subjetivo da criança (Goswami, 2012).

Deste modo, e de acordo com Barudy (1998), todas as crianças devem receber os cuidados necessários com vista a garantir-lhes a vida, o bem-estar e o seu desenvolvimento harmonioso, respeitando simultaneamente os seus direitos sociais,

económicos, cívicos e políticos de modo a que todas tenham as mesmas possibilidades de viver, ser livres e felizes. Aliado a isto, importa considerar ainda, que a Convenção sobre os Direitos da Criança, salienta o duplo estatuto das crianças a ser considerado em sociedade, sendo por um lado dependentes das suas famílias e de outras entidades como as escolas e comunidade e, por outro lado, sendo membros da sociedade em seu próprio direito (Ben-Arieh, 2000, 2008; Hoelscher, 2004; Bradshaw et al., 2006, 2007, citado por Fernandes et al., 2013).

A observação acima sugere portanto, que a criança vive dentro de uma complexa ecologia social em que o bem-estar é, em vários aspetos um ajuste entre a criança e o seu ambiente Earls e Carlson (2001, citado por Raghavan & Alexandrova, 2015). Com efeito, segundo Jones et al. (2015) as teorias ecológicas de desenvolvimento referem que o bem-estar da criança está intrinsecamente relacionado com o seu ambiente.

Neste contexto, Bronfenbrenner (1977, citado por Kickbusch, 2012) propõe o modelo ecológico de desenvolvimento da criança no qual o mesmo acontece por intermédio de processos de interação mútua, progressivamente mais complexos entre a criança e os níveis de influência do ambiente.

Desta forma, a teoria dos sistemas ecológicos de Bronfenbrenner (1979, citado por Jones et al., 2015) refere os vários sistemas que influenciam o desenvolvimento das crianças. Segundo Papalia, Olds e Feldman (2009), Bronfenbrenner distinguiu cinco sistemas integrados nomeadamente: o microsistema, mesossistema, exossistema, macrossistema e, cronossistema que adiciona o tempo.

O microsistema é o nível de influência mais direto sobre a criança, no qual se inclui a família, amigos, vizinhos, escolas, cuidados de saúde, entre outros (Fernandes et al., 2013), sendo o ambiente em que a criança interage pessoalmente no seu quotidiano (Papalia et al., 2009). O mesossistema diz respeito a um sistema de conexões entre ambientes imediatos isto é, microsistemas (Fernandes et al., 2013; Jones et al., 2015; Papalia et al., 2009) compreendendo ligações entre o ambiente escolar e a casa, salientando as diferenças da criança em termos de ação relativamente a ambientes diferentes (Papalia et al., 2009). Quanto ao exossistema, este considera ligações entre ambientes, onde pelo menos um não inclui diretamente a criança, influenciando-a apenas de modo indireto (Fernandes et al., 2013; Papalia et al., 2009) correspondendo estes por exemplo, aos órgãos comunitários e governamentais, ao sistema educativo e ao trabalho dos pais (Papalia et al., 2009). O macrossistema considera a sociedade em geral e o contexto cultural (Jones et al., 2015; Papalia et al., 2009) que abarca o sistema político e económico e ainda as crenças e ideologias

consideradas dominantes (Papalia et al., 2009). Finalmente, o cronossistema diz respeito à firmeza ou alteração relativamente ao mundo da criança, nomeadamente ao nível das alterações na composição da família, à profissão dos pais ou, à residência (Papalia et al., 2009).

Ao avaliar a condição das crianças, a Convenção sobre os Direitos da Criança e o modelo ecológico do desenvolvimento humano salientam a necessidade de examinar as várias dimensões suscetíveis de afetar a vida das crianças, remetendo assim para a questão da multidimensionalidade do bem-estar na criança (Fernandes et al., 2013). Assim, considerando que a infância representa segundo Raghavan e Alexandrova (2015) o momento importante para o desenvolvimento de habilidades cruciais como, a comunicação, a vinculação segura, aprender a amar e a confiar e, aprender a usar o corpo e a mente, a (World Health Organization WHO, 2006), refere os primeiros dois anos de vida enquanto períodos críticos cujo crescimento físico e psicológico estão mais ativos. Não obstante, de acordo com Gleitman, Fridlund, e Reisberg (2014), muitos psicólogos apontam a existência de períodos críticos cruciais no desenvolvimento, e, a existência de períodos sensíveis como oportunidades que sugerem um determinado tempo no qual o sujeito se verifica particularmente sensível a certa influência (Gleitman et al., 2014).

Assim, é importante considerar em primeira instância que, a garantia de um desenvolvimento harmonioso da criança, deriva de um ambiente familiar que garanta o seu bem-estar considerando as diferentes áreas ou domínios como, o domínio físico; saúde mental e comportamental; saúde social e emocional; segurança e meio ambiente físico; segurança económica e, resultados académicos e intelectuais (Federal Interagency Forum on Child & Family Statistics, 2012; Lou, Anthony, Stone, Vu & Austin, 2008, citado por Jones et al., 2015).

Atendendo a isto, verifica-se que o entendimento sobre o bem-estar da criança abarca uma dimensão holística na qual, a Convenção sobre os Direitos da Criança aponta a necessidade da realização dos seus direitos. Desta forma, e salientando a importância da família, a mesma é essencial para o bem-estar da criança, considerando-se contudo as alternativas de proteção da criança quando a família não assegura o seu bem estar.

1.5 A Proteção da Criança

Apesar da reconhecida a importância do papel da família no desenvolvimento do bem-estar da criança, verificam-se situações em que a família não é capaz de assegurar

essa condição (Capelo & Carinhas, 2011), sendo as famílias mais desfavorecidas consideradas como o principal fator de perigo à criança (Tomás & Fonseca, 2004).

Macedo (1999, citado por Capelo & Carinhas, 2011) refere que uma criança está em risco quando existem experiências de omissões e privações que inviabilizem a realização das suas necessidades básicas e desenvolvimento.

Segundo Capelo e Carinhas (2011), realidades como pobreza socioeconómica; situações de desagregação familiar; problemas de saúde mental, determinados tipos de personalidades; limitações ao nível intelectual/cognitivo e afetivo; baixa escolaridade; comportamentos de alcoolismo, prostituição e toxicodependência (entre outros), correspondem a um risco elevado para as crianças, considerando-se que podem afetar a sua segurança, saúde, educação e desenvolvimento global. No mesmo sentido, a experiência de situações de maus-tratos físicos e psicológicos, de abuso sexual, de negligência e privação de cuidados, são consideradas situações de risco para a criança, salientando assim, a vulnerabilidade das crianças e jovens face a vários tipos de trauma (Tribuna & Relvas, 2002; Kickbusch, 2012).

Assim, quando a família não reúne as condições que garantam o bem-estar e subsistência da criança, cabe ao Estado a tarefa de estabelecer medidas com vista a amenizar essa situação (Tomás & Fonseca, 2004).

De acordo com o ponto 1, do *Artigo 19º* da Convenção sobre os Direitos da Criança, é decretado aos Estados Partes, a tarefa de tomar um conjunto de medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas com vista à proteção da criança face a todas as formas de violência e ofensa seja física ou mental, abandono ou negligência; maus tratos ou exploração e, violência sexual durante o tempo em que a mesma, esteja sob a guarda dos pais, ou de um deles, do representante legal ou, de uma pessoa a quem tenha sido confiada a sua guarda.

Pelo que se considera a função do Estado de garantir as condições necessárias ao seu efeito, implicando o recurso às especificidades da sua legislação com inclusão das linhas orientadoras da Convenção sobre os Direitos da Criança (Tomás & Fonseca, 2004).

Ainda de acordo com Tomás e Fonseca (2004), Portugal assumiu um papel pioneiro na adoção de um conjunto de leis específicas para menores, através da publicação da Lei de Proteção à Infância em maio de 1911.

Após a queda do Estado Novo, verifica-se o aparecimento de condições propícias à formação de um sistema de proteção de menores porém, o Decreto-Lei de 1978, baseado nos princípios orientadores da Lei de 27 de maio de 1911, procedia à

aplicação de medidas não determinadas, pelo que não se delimitava qualquer diferença entre menores considerados infratores e menores em perigo, no sentido de resolver antagonismo, foram elaboradas em 1999 a Lei de Proteção a Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, distinta da Lei Tutelar Educativa – Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Tomás & Fonseca, 2004).

Com efeito, de acordo com o Artigo 1.º da Republicação da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, visa a promoção e proteção dos direitos das crianças e dos jovens em perigo, no sentido de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento global (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro), pelo que a sua intervenção se realiza quando os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto, coloque em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento (Ponto 1, Artigo 3.º, Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro).

Saliente-se que, inerente a esta Lei, estão implícitos os princípios que apenas em última instância, se entregam os casos a tribunal (Tomás & Fonseca, 2004). De acordo com Moe (2007) se os pais biológicos forem bem-sucedidos em relação ao plano de tratamento ordenado pelo tribunal nomeadamente, tratamento e abandono do alcoolismo e/ou drogas, apresentarem meios de sustento e um lugar seguro para viver, a criança pode voltar para casa, sendo este o objetivo.

Assim, valoriza-se em articulação com a Convenção sobre os Direitos da Criança, a intervenção na dinâmica familiar da criança sendo que, o recurso à institucionalização apenas se verifica aquando da impossibilidade de a manter na sua família (Pedroso & Fonseca, 1999, citado por Tomás & Fonseca, 2004).

Neste sentido, de acordo com o ponto 1, do *Artigo 35.º*, da lei anteriormente mencionada (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro), as medidas de proteção e promoção correspondem a, “a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para a autonomia de vida; e) Acolhimento familiar; f) Acolhimento residencial; g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção”.

O acolhimento familiar diz respeito, de acordo com o ponto 1, do artigo 46.º da republicação da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro à confiança da criança ou jovem a uma família ou pessoa singular, que seja capacitada a facultar a integração da criança num ambiente familiar e a conferir os cuidados próprios às suas necessidades, ao seu bem-estar e à educação essencial ao seu desenvolvimento global. (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro).

No que concerne ao acolhimento residencial, o mesmo compreende a colocação da criança ou jovem sob os cuidados de uma entidade com instalações, meios de acolhimento e recursos humanos permanentes, com vista a garantir os cuidados necessários à criança (Lei.º 147/99, de 1 de setembro).

Quanto à confiança a pessoa selecionada para a adoção, a mesma considera que, de acordo com o ponto 1 do *artigo 1974º* da Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto:

A adoção visa realizar o superior interesse da criança e será decretada quando apresente reais vantagens para o adotando, se funde em motivos legítimos, não envolva sacrifício injusto para os outros filhos do adotante e seja razoável supor que entre o adotante e o adotado se estabelecerá um vínculo semelhante ao da filiação.

Com efeito, conforme referido pelo Centro de Estudos Jurídicos (CEJ) (2015), *“A adoção, (...) é, nos termos do artigo 1576º do Código Civil, uma das fontes de relações familiares em Portugal, a par do casamento, do parentesco e da afinidade”*. Pelo que a análise de Zill e Bramlett (2014), sustenta o argumento de que a adoção acarreta um conjunto de vantagens para crianças que tenham experienciado negligência ou abuso.

Não obstante, Leandro (2014) refere que não se verifica a promoção da adoção em situações que não se considere conveniente o estabelecimento da filiação, utilizando-se portanto outros recursos que garantam o desempenho de uma parentalidade positiva designadamente, o apadrinhamento civil.

Segundo Alfaiate (2014), o apadrinhamento civil resulta da necessidade de desinstitucionalizar crianças e jovens menores de 18 anos que, não estão ao cuidado da família biológica nem em condição de serem adotadas, cujas razões podem prender-se pela idade, pela condição especial de saúde entre outras.

Evidenciadas as alternativas de resposta à necessidade de bem-estar da criança, segue-se um enquadramento sobre a adoção enquanto meio de promoção de bem-estar.

Capítulo II – A Adoção e Bem-Estar da Criança

2.1 A Adoção

A adoção corresponde a uma experiência humana transversal a todas as culturas existindo desde sempre (Salvaterra & Veríssimo, 2008). O impacto do elevado número de órfãos, resultado das I e II guerras mundiais, conduziu ao surgimento da adoção enquanto solução para as crianças que haviam ficado sem família (Salvaterra & Veríssimo, 2008). Tendo sido legalmente definida a adoção em Portugal por intermédio do artigo 1586º, integrado no Código Civil português (Oliveira, 2014).

2.1.1 Definição e conceito de Adoção

A adoção designa uma medida de infância cujo objetivo visa proporcionar uma família a crianças (Barcons et al., 2012) cujos pais biológicos se definem como sendo incapazes, não tendo vontade e ou estando legalmente inibidos do exercício da função parental (Salvaterra, 2007; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Barcons et al., 2012; CEJ, 2015).

Contudo e preocupados com os direitos da criança, o ponto 1 do Artigo 9º da Convenção sobre os Direitos da Criança refere que,

Os Estados Partes garantem que a criança não é separada de seus pais contra a vontade destes, salvo se as autoridades competentes decidirem, sem prejuízo de revisão judicial e de harmonia com a legislação (...), que essa separação é necessária no interesse superior da criança. Tal decisão pode mostrar-se necessária no caso de, por exemplo, os pais maltratarem ou negligenciarem a criança (...).

Assim, para crianças às quais os pais biológicos não são capazes de as criar, a adoção fornece uma das principais fontes de esperança para que as mesmas possam crescer como elemento integrante de uma família (Gleitman & Savaya, 2011). Para tal, deve ser garantida à criança uma família de caráter definitivo, com capacidade de oferecer um ambiente favorável ao seu desenvolvimento (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Enquanto meio superior de promoção do desenvolvimento normal de crianças separadas permanentemente dos pais biológicos (Johnson, 2002), o processo de adoção visa um encontro com as necessidades da criança, pelo que o foco se dirige ao

bem-estar da mesma a curto e longo prazo (Salvaterra, 2007). Com isto, a adoção compreende a garantia da resposta às suas necessidades, tanto ao nível da saúde, educação, como, ao nível afetivo e social, salientando a importância do sentimento de pertença e segurança na família adotiva (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

A adoção visa atender, da parte da criança mas também do adulto, a um conjunto de necessidades, contemplando emoções e interações (Mateus & Relvas, 2002), sendo um processo gradual que possibilita que uma pessoa ou um casal crie um vínculo de filiação com uma criança (Instituto da Segurança Social, IP. ISS, IP., 2016)

Assim, de acordo com o ponto 1, do *artigo 3º* da Convenção sobre os Direitos da Criança, “Todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primordialmente em conta o interesse superior da criança”.

Neste sentido, focando-se na defesa e promoção do interesse da criança carente de um ambiente familiar normal, a adoção possibilita o estabelecimento ou restabelecimento de vínculos idênticos aos que advêm da filiação biológica, fundamentais ao processo de desenvolvimento social e psicológico no âmbito da autonomia do sujeito (Decreto-Lei n.º 120/98, de 8 de maio).

Considere-se ainda, a alínea b) do *Artigo 21º* da Convenção sobre os Direitos da Criança, que reconhece a adoção internacional como uma alternativa de proteção à criança, na impossibilidade da aplicação de uma medida de colocação, seja numa família de acolhimento ou de adoção ou ainda, no caso de não ser favorável a educação da criança no seu país.

Na sua definição, Reppold e Hutz (2003, citado por Gondim et al., 2008) reconhecem a adoção como, o estabelecimento de um relacionamento de filiação que compreende aspetos jurídicos, sociais e afetivos. Pelo que importa, no presente estudo atender ao completo e complexo processo de adoção.

2.2 O Processo de Adoção

O processo de adoção tem início a partir do momento em que o candidato singular ou casal motivado a adotar, se desloca ao serviço competente para o efeito da sua inscrição. No território português o Centro Distrital de Segurança Social correspondente à área de residência do candidato, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa caso resida em Lisboa e ainda, o Instituto de Ação Social relativamente aos Açores e finalmente, o Centro de Segurança Social na Madeira (Oliveira, 2014).

Após este contacto, os candidatos a adotar, são informados sobre questões relativas aos objetivos da adoção, aos requisitos e condições necessárias para o efeito e, ao processo de adoção nomeadamente, a candidatura, os formulários e documentos obrigatórios que, após preenchimento serão entregues ao serviço de adoção da entidade de Segurança Social correspondente à sua área de residência (ISS, IP., 2016).

Posteriormente à receção da candidatura por parte da entidade, a mesma realiza a avaliação social e psicológica do candidato a adotar (ISS, IP., 2016; Oliveira, 2014). Dada a seleção da candidatura, o candidato integra a lista nacional da adoção, pelo que fica a aguardar a proposta de uma criança a adotar (ISS, IP., 2016). Em seguida, será apresentada a criança ao candidato a adotar com vista ao conhecimento mútuo (ISS, IP., 2016; Oliveira, 2014). No caso de ser uma fase positiva, a criança é entregue ao candidato passando portanto, à fase de pré-adoção por um espaço de tempo até seis meses, estando sob acompanhamento e avaliação do serviço de adoção correspondente que fará um relatório (ISS, IP., 2016; Oliveira, 2014).

O mesmo relatório é enviado pelo candidato assim como o pedido de adoção, ao Tribunal de Família e Menores da área correspondente ao qual, após proferida a sentença, o processo de adoção é dado como concluído (ISS, IP., 2016; Oliveira, 2014).

De acordo com Salvaterra e Veríssimo (2008) o processo de adoção é um procedimento que abrange todas as partes, contemplando a articulação entre os organismos da segurança social (orientada de acordo com os princípios do bem-estar físico e psicológico da criança), tribunais e, instituições particulares ou oficiais de acolhimento de crianças em risco (orientados para a proteção da criança). O processo de adoção, organizado desta forma realça a necessidade de uma preparação adequada com vista ao sucesso da adoção (Edelstein, 1995, citado por Goldman & Ryan, 2011). Do mesmo modo, Gondim et al. (2008) salientam a importância do acompanhamento psicológico nos casos de adoção, com vista a fornecer um suporte psicológico durante o tempo de espera da criança bem como, uma orientação em relação aos medos e angústias inerentes a este período.

O mesmo acompanhamento possibilita que os futuros pais adotivos se tornem mais flexíveis, em função das suas exigências relacionadas com as características físicas e psicológicas da criança desejada, facilitando o processo (Gondim et al., 2008). A consciência dos futuros pais adotivos da diferença entre a criança que esperam e os desafios específicos da adoção revela a necessidade de uma preparação com vista a facilitar a convivência com a criança em função da sua especificidade (Levinzon, 2004, citado por Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Neste contexto, Gondim et al. (2008) indicam que a aceitação desta diferença, entre a criança que esperam e a criança real, assim como o seu entendimento acerca dos desafios específicos da adoção, conduz a uma melhor adaptação do papel dos pais adotivos.

2.2.1 Motivações à Adoção

A atual metamorfose verificada nas configurações familiares revela, segundo Gondim et al. (2008), as várias possibilidades da adoção, considerando muitas formas e diversos contextos. Salvaterra e Veríssimo (2008) referem o desejo de ter um filho como sendo um elemento em comum na maioria das famílias sendo que, aquando da existência de impedimentos à sua realização, as famílias procuram opções alternativas com vista à concretização do desejo de serem pais (Diniz, 1997, citado por Salvaterra & Veríssimo, 2008). Do mesmo modo, as motivações à adoção revestem diversos motivos (Schettini et al., 2006; Gondim et al., 2008).

De acordo com o estudo de Tyebjee (2003), as razões mais importantes para a vontade de uma pessoa adotar ou acolher uma criança, têm em vista fazer a diferença na vida da mesma, fornecendo-lhe uma experiência familiar positiva. No mesmo sentido, um segundo conjunto mais comum de motivações diz respeito ao modo como a adoção ou o acolhimento afetaria o adulto, nomeadamente num reforço do sentido da vida, seguindo crenças religiosas ou espirituais (Tyebjee, 2003).

Baseado na sua experiência clínica, Levinzon (2004, citado por Schettini et al., 2006; Gondim et al., 2008) aponta enquanto principais razões; a infertilidade de um ou do casal; a perda de um filho anterior; a impossibilidade biológica de ter um filho em função da idade; o desejo de ajudar o próximo (assente em ideologia humanista); o grau de parentesco com os pais biológicos que não têm capacidade de assegurar os cuidados necessários à criança; o desejo da maternidade/paternidade em pessoas singulares e, a vontade em ter filhos sem passar pela gravidez. Salvaterra (2007) aponta no mesmo sentido referindo que as motivações para a adoção podem prender-se com a impossibilidade em ter filhos seja, a infertilidade do casal ou, uma motivação de disposição social e humanitária assim como, de solidariedade com crianças que não têm família.

De acordo com Schettini, Amazonas e Dias (2006, citado por Gondim et al., 2008), o principal contexto da adoção diz respeito à infertilidade, contudo importa

considerar o interesse demonstrado por casais com filhos biológicos, casais em fase de meia-idade, casais homossexuais e ainda, sujeitos solteiros com vontade em constituir família por intermédio da adoção.

No que diz respeito à infertilidade, é importante considerar o sofrimento associado à sensação de perda, relacionado com sentimentos de tristeza e fracasso, pelo que importa que, achando-se nestas condições, os futuros pais adotivos trabalhem as suas questões inconscientes antes de decidirem adotar (Schettini et al., 2006). Neste sentido, a aceitação da incapacidade pessoal em gerar um filho biológico abarca a necessidade de redefinição da identidade pessoal, da relação de casal e da relação com a família alargada (D'Andrea, 2002, citado por Schettini et al., 2006).

No que concerne à tomada de decisão de adotar uma criança, a mesma diz respeito a um processo longo e doloroso ocorrendo de acordo com as fases, nomeadamente de, reconhecimento e aceitação do casal relativamente à incapacidade de gerar um filho e a anuência do casal em serem pais de uma criança com quem não têm vínculo biológico (Rosenberg, 1992, citado por Mateus & Relvas, 2002).

É essencial que a decisão pela adoção seja pessoal, refletida e ponderada não sendo por isso, pautada pelo objetivo de satisfazer pressões de ordem social e familiar (Schettini et al., 2006). Neste sentido, a decisão de adotar uma criança deve ser tomada em conjunto, assente no diálogo, respeito e entendimento sendo que a mesma concerne uma alteração à vida e rotina de todos os membros da família no sentido de uma adaptação à nova realidade familiar (Gondim et al., 2008; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2012).

Com efeito, a ponderação e o desenvolvimento do processo de adoção deve incluir também os restantes membros da família, incluindo os filhos biológicos, se for o caso (Otuka et al., 2012; Salvaterra & Veríssimo, 2008). Além de reconhecido o importante contributo da rede familiar, salienta-se que o bem-estar da família está inteiramente relacionado com o funcionamento favorável e total do sistema familiar.

2.3 A Criança adotada

Com vista a garantir que a adoção corresponde ao melhor interesse da criança, importa compreender o impacto da adoção de acordo com o ponto de vista da criança, em relação à sua experiência enquanto membro da família adotiva, bem como o seu sentimento de identidade pessoal e familiar (Neil, 2012). Em função da adoção, a

criança passa a integrar a família do adotante sendo reconhecida como filho do mesmo (ISS, IP., 2016).

Bicca e Grzybowski (2014) referem que a adoção abarca o início de uma nova fase na vida da criança/adolescente adotado, considerando a vinculação à família adotiva. Com efeito, dissipam-se, isto é, deixa de ter os relacionamentos com a família biológica salvo, em algumas situações, com os irmãos biológicos; os adotados assumem os apelidos dos pais adotivos em detrimento dos apelidos biológicos e podem ainda, mudar o nome próprio em situações acordadas entre o adotante e o Tribunal (ISS, IP., 2016).

Brodzinsky (1990, citado por Neil, 2012) refere que a adoção é stressante para as crianças adotadas, podendo surgir sentimentos ambivalentes quando a criança tem idade suficiente para compreender algumas das implicações da adoção como: o sentimento de que não ganharam mas perderam uma família; que a posição de adotado o torna diferente da maioria dos seus pares e; que não têm uma relação biológica com os seus pais adotivos.

Tal como referido anteriormente, o cuidado adverso precoce pode ter impacto sobre o desenvolvimento emocional das crianças (Eisenberg, Cumberland & Spinrad, 1998, citado por Neil, 2012). Assim, para crianças que sofrem de abuso ou negligência severa no início de vida, a família adotiva pode resultar num ambiente favorável à cura do trauma físico e emocional, revertendo défices no desenvolvimento (Johnson, 2002). Neste sentido, Salvaterra (2014), considera que as crianças encaminhadas para a adoção, são crianças com necessidades básicas de amor e segurança, sendo essencial a vivência de experiências de cuidado, proteção e afeto.

Os eventos traumáticos podem envolver abuso físico, sexual ou emocional, negligência parental ou do cuidador, testemunho de violência em casa ou na comunidade e ainda, questões associadas a violência política ou guerra, podendo ocorrer num único acontecimento ou, ao longo do tempo (Jones et al., 2015).

Nestes casos, de acordo com a teoria do stresse traumático, a probabilidade de danos emocionais de longo prazo, depende da intensidade e duração do abuso (Zill & Bramlett, 2014). Quanto mais grave e de longa duração for o abuso, maior será a probabilidade de existência de problemas comportamentais duradouros, aos quais a família adotiva deverá estar atenta e sensível (Brodzinsky, Hitt & Smith, 1993; Coon, Carey, Corley, & Fulker, 1992; Simmel, Brooks, Barth, & Hinshaw, 2001, citado por Zill & Bramlett, 2014).

Tal como referido anteriormente, Gunnar & Kertes (2005, citado por Van den Dries, Juffer, Van IJzendoorn, & Bakermans-Kranenburg, 2009) referem que as experiências adversas como os maus-tratos, podem também afetar de um modo geral a estrutura cerebral.

Não obstante, importa considerar que, uma intervenção precoce pode ser eficaz na promoção da resiliência e num aumento de resultados positivos em crianças que tenham sofrido traumas (National Child Traumatic Stress Network, 2012, citado por Jones et al., 2015). Neste contexto, o conceito de resiliência designa, a capacidade de manter ou recuperar o bem-estar face à adversidade (Ryff, 2014), manifestando a capacidade de resposta do sujeito ao longo do tempo, perante várias situações que mudaram a sua vida (Kickbusch, 2012). Roberson (2006) refere que as crianças são suficientemente resilientes podendo eventualmente, formar uma vinculação razoavelmente boa que lhes permita ligar-se emocionalmente à família adotiva.

Assim, em todo o processo de adoção, os fatores de risco interagem com fatores de proteção, podendo atenuar os efeitos das experiências adversas permitindo a criança lidar com o stress e a adversidade de modo eficaz, surgindo mais fortes a partir dessas experiências (Rutter, 1985, 1987, 1990; Scroggs & Heitfield, 2001; Werner, 1993, 2000, citado por Barcons et al., 2012).

Um dos fatores atenuantes das experiências adversas diz respeito ao padrão de vinculação da criança com um cuidador (Cassidy & Shaver, 1999; Werner, 2000, citado por Barcons et al., 2012) uma vez que, os estudos indicam que algumas crianças apesar da experiência de relacionamentos adversos têm capacidade para desenvolver relações de vinculação com cuidadores novos e sensíveis (Centre for Parenting & Research, CPR, 2006), o que justifica a relevância da vinculação na abordagem da problemática da adoção (Peyron, Krouch, Lecamus, & Poinso, 2015).

De acordo com Gleitman et al. (2014), o desenvolvimento social tem início a par do primeiro vínculo humano seja, a vinculação dos bebés ao seu cuidador sendo várias vezes distinguido enquanto base das relações com os outros. Considera-se com isto que, um vínculo forte entre o cuidador e a criança assume um carácter essencial ao desenvolvimento positivo da mesma (WHO, 2006).

Bowlby afirma, assim, que todas as pessoas estão feitas para criar laços e vínculos: começa na infância com a relação mãe-bebé e prolonga-se ao longo da vida com o estabelecimento de mais relações de vinculação com amigos, parceiros e depois filhos (Vinke, 2014 pág. 142).

A formação de uma relação de vínculo maternal entre o cuidador e a criança no início da sua vida é essencial ao seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional (WHO, 2006). Este tipo de vínculo consiste em representações individuais das crianças com outros significativos normalmente, os principais prestadores de cuidados seja, os pais ou outras as figuras parentais (Chase-Lansdale et al., 1995). A criança começa por relacionar-se com a primeira pessoa com a qual tem contacto, sendo frequentemente a mãe (Cain, 2006). Desta forma, cada experiência que a criança tem com a sua mãe ou com outro cuidador primário, origina o armazenamento de memórias que pertence a uma combinação dos elementos do *self* e os elementos relativamente à outra pessoa (Cain, 2006). Segundo Vinke (2014), quanto mais nova for a criança, maior é a sua dependência de um cuidador primário no sentido da sua regulação do mundo interior e exploração do mundo exterior.

Com base na reação dos cuidadores aos seus sinais, as crianças desenvolvem expectativas, chamadas de modelos de trabalho interno, pelo modo como serão tratados pelas suas figuras de vinculação (Bowlby, 1982; Bretherton & Munholland, 1999, citado por Van den Dries et al., 2009).

A experiência de cuidado sensível e responsivo, permite que a criança desenvolva ainda, competências sociais, empatia e inteligência emocional, aprendendo portanto, a relacionar-se com outras pessoas e perceber o que esperar delas (Bowlby, 1969, citado por CPR, 2006). Assim, no caso da primeira relação entre o cuidador e a criança ser gratificante e feliz, é provável que a mesma aprenda a confiar e a investir nos outros (Cain, 2006), na medida em que, a confiança da criança num cuidador protetor, permitir-lhe-á explorar o mundo e aprender novas habilidades, utilizando o cuidador como uma base segura para exploração, interação ou outros comportamentos sociais (CPR, 2006).

Quanto mais segura a criança se sente, mais energia e entusiasmo terá no âmbito da curiosidade, da aprendizagem, da busca pela compreensão e da tentativa de dar sentido ao mundo (CPR, 2006). A criança desenvolve a confiança básica nos seus pais, sentindo confiança na sua própria habilidade para influenciar o mundo à sua volta (Van den Dries et al., 2009). Por outro lado, se a primeira relação não se verificar saudável, se for interrompida ou negligente, provavelmente a criança poderá não confiar nos outros levando à crença de que os outros não ajudaram na satisfação das suas necessidades ou desejos promovendo o desenvolvimento de formas de má adaptação com vista à satisfação das suas necessidades (Cain, 2006).

Segundo Cain (2006), muitas crianças que tenham sofrido abandono, não confiam que não serão novamente abandonadas visto que, quando a experiência da criança corresponde a um cuidador que não responde, a mesma não consegue compreender de que modo o presente cuidador pode estar disponível e ser carinhoso (CPR, 2006). O que significa que, as experiências de abandono e separação sofridas por crianças adotadas resultam num impacto negativo nos seus padrões de vinculação (Escobar & Santelices, 2013).

De acordo com Font (2015), as crianças com historial de maus-tratos mais graves podem ter mais dificuldades em vincular-se a um novo cuidador, podendo apresentar mais problemas de saúde mental e comportamental do que crianças sem ou com menos experiências passadas de maus-tratos.

Contudo, Bowlby colocou ainda a hipótese de que os modelos de trabalho podem mudar como consequência da mudança de experiências, especialmente nos primeiros cinco anos de vida, e que experiências de vinculação positivas, podem compensar a adversidade precoce (Van den Dries et al., 2009).

Assim, a adoção pode ser vista como uma intervenção eficaz (Juffer & Van IJzendoorn, 2006, citado por Van den Dries et al., 2009), oferecendo às crianças carentes do cuidado dos seus pais biológicos, a possibilidade de desenvolver relações de vinculação mais seguras (Van den Dries et al., 2009). Considerando-se portanto, que uma vinculação segura surge como um fator protetor contra a psicopatologia (Peyron et al., 2015).

Goswami (2012) reconhece a qualidade das relações enquanto aspeto importante ao bem-estar subjetivo da criança. Estas envolvem as interações com os outros e com o próprio, as quais possibilitam que a pessoa se torne ela própria (Kickbusch, 2012).

Numa fase inicial, os filhos adotados podem não responder aos novos cuidadores como realmente são mas sim, enquanto representante do cuidador em geral, associado a percepções e memórias infelizes e assustadoras (CPR, 2006).

Com vista a reduzir os sentimentos de insegurança vividos pela criança até ao momento da adoção, importa que se desenvolva uma forte relação com os novos pais cuja importância será essencial no seu desenvolvimento (Mateus & Relvas, 2002). Gondim et al. (2008) refere o conforto e afeto fornecido pela família, enquanto base para o desenvolvimento da criança, salientando o valor fundamental do processo de adoção.

Winnicott (1955/1997, citado por Otuka et al., 2012) salienta a estabilidade do novo lar enquanto elemento importante ao desenvolvimento saudável da criança. Os

pais adotivos podem oferecer uma experiência de reparação, sendo a competência emocional das crianças reforçada a par de uma resposta sensível e empática face aos sentimentos da criança, através da promoção de conversas sobre sentimentos e expressão de emoções de forma adequada (Eisenberg et al., 1998, citado por Neil, 2012).

Considerando a importância do papel da família como resposta às necessidades e desenvolvimento da criança, importa atender à sua dinâmica no contexto da adoção.

2.4 A Família Adotiva

As famílias adotivas correspondem àquelas que acolhem crianças e adolescentes com os quais não têm ligações biológicas mas se ligam por questões afetivas e legais (Alarcão, 2006), surgindo como uma resposta social dada a atribuição da responsabilidade do cumprimento das funções parentais (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Embora não existam ligações genéticas/biológicas entre a criança e os pais adotivos, os mesmos descobrem frequentemente semelhanças entre si (pais e crianças) quer seja, nos traços e ou características de personalidade ou no aspeto físico, correspondendo a um acontecimento importante para que sintam a criança como sendo sua (Mateus & Relvas, 2002).

O desenvolvimento da família adotiva e a sua integração são influenciados por aspetos relacionadas com a idade da criança quando adotada, pelo tempo que os pais esperam pela criança e ainda, pela idade destes últimos (Hoksbergen, 1996, citado por Mateus & Relvas, 2002). A este respeito, segundo Jones et al. (2015) as teorias ecológicas de desenvolvimento referem que o bem-estar da criança está intrinsecamente relacionado com o seu ambiente. Com efeito, a perspetiva sistémica designa o modelo predominante dos estudos da família, considerando-a o elemento mais firme, seguro e estruturante da personalidade dos seus membros (Dias, 2011), representando habitualmente um espaço privilegiado de desenvolvimento da criança e de aprendizagens que conduzem à interação com o seu meio envolvente (Alarcão, 2006).

Ainda de acordo com Alarcão (2006), os diferentes elementos do sistema familiar estão organizados de acordo com sub-sistemas tais como, o sub-sistema individual, conjugal, parental e, fraternal.

Atendendo ao contexto deste trabalho, importa considerar portanto a relevância do sub-sistema parental uma vez que tem funções de educação e proteção dos filhos,

sendo as interações entre os pais e os filhos geradoras do sentido de pertença familiar (Alarcão, 2006). Assim, também no contexto da adoção a transição para a parentalidade abarca consigo a necessidade de um ajustamento relacional pelo que, importa que se estabeleçam regras parentais e que a família funcione de acordo com novas regras, mudando a dinâmica da família (Mateus & Relvas, 2002)

De acordo com Hoksbergen (1996, citado por Mateus & Relvas, 2002) a construção da parentalidade psicológica resulta da quantidade e qualidade de tempo que os pais dedicam à criança. A parentalidade psicológica tem como principal objetivo, a formação de uma ligação afetiva e de um sentimento de pertença, cuja formação depende das características dos pais, das suas qualidades parentais e ainda, da história relacional da criança (Salvaterra & Veríssimo, 2008), sendo as ligações entre os pais e os filhos edificadas e reforçadas ao longo do tempo embora possa não acontecer em simultâneo (Mateus & Relvas, 2002).

Com efeito, o compromisso feito pelos pais adotivos pode fornecer à criança um sentimento de identidade e segurança na família e ainda, a garantia de uma relação contínua e estável com um conjunto de figuras parentais (Zill & Bramlett, 2014). Segundo Mateus e Relvas (2002) é fundamental para a criança o rápido estabelecimento de uma ligação aos pais com vista a diminuir os sentimentos de insegurança inerentes até à adoção.

Neste sentido, Houzel (1999, citado por Peyron et al., 2015) define parentalidade de acordo com reajustes mentais e emocionais que permitem ao sujeito tornar-se pai, isto é, atender às necessidades do seu filho. Cruz (2005, citado por Capelo & Carinhas, 2011) refere portanto, que o conceito de parentalidade designa as ações desempenhadas pelas figuras parentais, os pais ou substitutos, com vista a potencializar o desenvolvimento da criança por intermédio dos recursos do sistema familiar e da comunidade.

Inerente ao significado de parentalidade, destaca-se ainda, o princípio da responsabilidade, comum na maior parte das culturas, o qual designa a expectativa de que os pais sejam responsáveis pelo desenvolvimento e educação dos filhos (Borges, 2010). É nesta perspetiva, de ajuste parental, que se pretende enquadrar o modo como a família promove a integração da criança no sentido do seu bem-estar, considerando os desafios e dificuldades sentidas pela família adotiva.

2.4.1 A Integração da Criança na Família Adotiva

O desafio da adoção corresponde segundo Otuka et al. (2012), à capacidade de a nova família fornecer à criança um ambiente seguro e estável com vista a que a mesma possa crescer, ter contacto com a própria história, identificar-se e produzir a sua própria experiência. De acordo com Bicca e Grzybowski (2014), numa adoção, o período de adaptação abarca características específicas, resultando em desafios para a família.

Desta forma, o papel do cuidador que adota, pode evidenciar-se bastante desafiador na medida em que requer que o mesmo aceite as exigências emocionais no sentido de um entendimento sensível das necessidades da criança, várias vezes, face a um comportamento continuado de rejeição (CPR, 2006). Sendo assim, é importante que os pais adotivos sejam capazes de reconhecer na criança os sentimentos de perda, associados à experiência de múltiplas separações, utilizando simultaneamente estratégias de cuidado adaptativo, com vista a estimular o ajuste do adotado para a nova família conduzindo ainda, a uma vinculação segura (Roberson, 2006). A história de vida da criança, como uma particularidade da sua identidade, uma vez que não pode ser anulada, deve ser aceite e integrada à nova ligação afetiva da criança adotada (Schettini et al., 2006; Salvaterra & Veríssimo, 2008), pelo que importa que a criança conheça a história da sua adoção (Mateus & Relvas, 2002).

Salvaterra e Veríssimo (2008) referem fatores como, a idade da criança no momento da adoção e o risco biológico como elementos que podem conduzir a algumas dificuldades no ajustamento da família. Assim, considerando o estágio de desenvolvimento da criança, a mesma tenderá a importar-se mais sobre uns aspetos do que noutros (Mateus & Relvas, 2002).

As crianças mais velhas têm uma história e experiência prévias, que resulta num impacto ao seu ajustamento familiar, dificultando as relações entre pais e filhos (Rosenthal & Groze, 1991, citado por Salvaterra & Veríssimo, 2008). De acordo com Alarcão (2006) o estabelecimento de vinculação em crianças (que sejam adotadas) mais velhas é inicialmente pautado por uma certa dificuldade paradoxal uma vez que são marcadas por uma maior ambivalência, apesar da disponibilidade da mesma em relacionar-se afetivamente, aceitando esta relação e o afeto com os pais adotivos, poderá evidenciar comportamentos de provocação, como resultado do medo de ser novamente abandonada, procurando assim assegurar-se da disponibilidade e amor dos pais adotivos.

Desta feita, de acordo com Gondim et al. (2008), os preconceitos dos candidatos a pais adotivos em relação à adoção de crianças mais velhas devem-se essencialmente à dificuldade na educação, justificando a preferência por bebês.

Adicionalmente, Brodzinsky, Singer, e Braff (1984) refere que outra das principais dificuldades enfrentadas pelos pais adotivos corresponde ao processo de revelação sobre a adoção, nomeadamente quando e o que dizer às crianças sobre o processo de adoção, e ainda, como lidar com as questões relacionadas com a adoção, que surgem ao longo do desenvolvimento. De acordo com Salvaterra e Veríssimo (2008) a tarefa da revelação da sua condição de criança adotada, é atribuída aos pais devendo estes assumir uma postura de compreensão e aceitação das necessidades da criança em saber sobre o seu passado, as suas origens e os motivos que os conduziram à adoção.

Com efeito, Brodzinsky et al. (1984), refere que os pais estão muitas vezes confusos e inseguros em relação às informações a fornecer e quais os momentos específicos bem como, a interpretação das questões dos seus filhos. Neil (2012) sugere que as crianças adotadas devem integrar-se nas suas famílias adotivas porém, precisam perceber a diferença entre a sua família adotiva e a família biológica, dando sentido ao seu estado de adotado.

Neste contexto, importa considerar ainda uma maior visibilidade da adoção quando a mesma é feita entre pais e crianças de diferentes raças, sendo que em função de possíveis comportamentos evasivos de pessoas externas, salienta-se a necessidade de um conjunto de estratégias por parte dos pais, com vista a proteger a criança (Andreson et al., 1994, citado por Mateus & Relvas, 2002).

A adoção corresponde a um longo processo em que os pais adotivos, a criança adotada e os familiares se identificam e desenvolvem mutuamente com vista à formação de um ambiente saudável (Otuka et al., 2012). Portanto, os pais devem proporcionar um ambiente que responda às necessidades da criança (Salvaterra & Veríssimo, 2008). Para tal, importa que os pais ajudem a criança a sentir-se integrada na família, desenvolvendo posteriormente um sentimento de segurança e confiança, fundamentais ao desenvolvimento psicológico saudável (Brodzinsky, Smith, & Brodzinsky, 1998, citado por Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Quando o cuidador é sensível às necessidades emocionais da criança, e responde de modo positivo, o mesmo ajuda a criança a desenvolver o sentimento de ser amada (CPR, 2006). A qualidade da relação com o cuidador é um dos principais fatores de saúde mental das crianças, o qual se caracteriza pela confiança, apoio,

continuidade e proximidade (WHO, 2015). Assim, segundo Roberson (2006) as relações seguras ajudam a criança a desenvolver a confiança nos seus pais adotivos enquanto prestadores de cuidado consistente e proteção.

Salvaterra e Veríssimo (2008) salientam como função dos pais adotivos, a oferta de um ambiente favorável à formação de laços fortes e seguros com a criança, proporcionar o suporte à exploração inerente às questões relacionadas com a adoção, que vão surgindo ao longo do desenvolvimento da criança. Neste contexto, atendendo a uma adequação às capacidades cognitivas e emocionais da criança, deve existir um clima de abertura face à comunicação em relação ao seu estatuto de adotada (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Referindo-se ao cuidado emocional, Borges (2010) diz que as qualidades parentais devem envolver afeto, estabilidade, competências de comunicação e inteligência. Desta forma as condições para o desenvolvimento e intensificação das relações entre pais e filho surgem no exercício da relação parental (Salvaterra & Veríssimo, 2008). Assim, a afetividade parental representa, um aspeto fundamental no âmbito do desenvolvimento da criança, na medida em que a perceção e o sentimento de ser amada e aceite é um aspeto importante para o seu bem-estar (Borges, 2010).

De acordo com Vaz e Relvas (2002) a relação afetiva entre a criança e os pais ou outros significativos é revelada por três indicadores: (i) quando a criança fica em contacto com o sujeito envolvido; (ii) quando a criança manifesta stresse quando o sujeito se ausenta e finalmente, (iii) quando manifesta conforto e descontração na presença do sujeito.

Com efeito, os pais carinhosos e sensíveis relativamente às necessidades psicológicas dos seus filhos são promotores de empatia na medida em que, reforçam o entendimento por parte dos seus filhos do significado de ter as suas próprias necessidades satisfeitas (Barnett, 1987, citado por Chase-Lansdale et al., 1995). Neste sentido, a revisão de literatura efetuada por Roberson (2006), sugere que vários métodos de cuidado, incluindo estratégias de parentalidade flexível e adaptável, contribuem para uma relação segura de pai-filho.

Parte II – Estudo Empírico

“Para educar e ter um filho não precisa de ser biológico!” E3

Nesta segunda parte apresenta-se num primeiro momento a metodologia orientadora do estudo e neste ponto, será apresentada a problemática em estudo, os objetivos gerais da investigação, bem como a caracterização dos participantes; os instrumentos utilizados e serão também expostos os procedimentos adotados. Num segundo momento será feita a apresentação e a análise de resultados efetuada através da análise de conteúdo. Por fim, serão discutidos os resultados com base em estudos realizados anteriormente. O capítulo termina portanto, com uma referência às principais conclusões do estudo.

Capítulo III – Método

3.1 Considerações Metodológicas

Considerando a contribuição específica da investigação qualitativa no âmbito do estudo das relações sociais (Flick, 2005), justifica-se no presente estudo, a utilização desta metodologia de investigação. De acordo com Willig (2001), a investigação qualitativa evidencia o interesse pela atribuição de significado isto é, o modo como as pessoas fazem sentido do mundo e a forma como experimentam determinado acontecimento. Neste sentido, Yin (2011) refere cinco características da investigação qualitativa nomeadamente, i) o estudo do significado que o indivíduo atribui à vida, atendendo ao seu contexto real, ii) privilegia a posição do indivíduo que participa no estudo, iii) atende ao contexto real de vida dos participantes, iv) procura ajudar a explicar o comportamento social humano pela introspeção de conceitos emergentes e por fim, v) utiliza fontes de evidência ao invés de confiar numa única fonte isoladamente.

Aliado a isto, McCusker e Gunaydin (2015) caracterizam este método de investigação científica pela compreensão de determinado aspeto da vida social. Salientando o interesse dos investigadores de acordo com a perspetiva do indivíduo. Ruquoy (2005), refere a importância da utilização da entrevista como um instrumento adequado a uma abordagem completa ao indivíduo.

Assim, no desenvolvimento do presente estudo defende-se que a metodologia mais adequada diz respeito ao método qualitativo, visto que se pretende compreender

por intermédio do testemunho dos participantes, um aspeto relacionado com a área das ciências sociais. Neste tipo de estudo, para efeitos de recolha de dados, procede-se habitualmente à utilização da entrevista semiestruturada que, de acordo com Flick (2005) integra um guião com perguntas semi-abertas às quais se espera que o entrevistado responda de forma livre. Após a recolha de dados, importa que os mesmos sejam analisados sendo a sua interpretação o centro da investigação qualitativa (Flick, 2005).

Com efeito, a análise de conteúdo diz respeito a um procedimento de análise de dados escritos no qual se selecionam nas entrevistas, as partes consideradas importantes para responder ao problema de investigação (Flick, 2005). De acordo com Bardin (1995, citado por Lima, 2013), o objetivo remete para a redução das palavras do texto a um conjunto de categorias de conteúdo, sendo a análise de categorias a técnica mais utilizada no âmbito das técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 2009).

A técnica de análise de conteúdo visa a redução e resumo da informação no sentido de atender a uma interpretação de padrões e tendências verificados nos seus dados (Lima, 2013).

Desta forma, de acordo com a problemática do presente estudo, considera-se a técnica de análise de conteúdo como meio mais adequado de procedimento de análise e apresentação dos dados recolhidos por intermédio das entrevistas aplicadas.

3.2 Problemática do Estudo

O presente estudo assenta numa pesquisa que pretende identificar o significado que os participantes no estudo atribuem ao bem-estar de uma criança, no contexto da adoção atendendo à sua situação real. Considerada a relevância da adoção enquanto medida de proteção junto de crianças e jovens em risco (Salvaterra & Veríssimo, 2008), importa destacar a sua complexidade, na medida em que este é um processo que abarca questões emocionais relativas à criança e à família adotiva (Salvaterra, 2015).

Atendendo às competências parentais requeridas ao processo de integração e adaptação da criança, verifica-se que o sucesso da adoção se relaciona com a resposta às necessidades básicas e de segurança da criança através do fornecimento de um lar e de uma família de caráter permanente (Salvaterra, 2007). Neste sentido, um ambiente familiar positivo é segundo Crea, Chan, e Barth (2013), crucial no âmbito da promoção do bem-estar emocional e comportamental da criança.

3.3 Objetivos do Estudo

O presente estudo tem como objetivo geral perceber de que modo a adoção contribui para o bem-estar da criança, de acordo com a perspetiva de mães e pais adotantes. Inerente ao presente estudo, e no sentido de responder ao objetivo geral mencionado, consideram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Perceber o entendimento das mães e pais adotantes em relação ao bem-estar da criança.
2. Identificar as motivações à adoção.
3. Identificar as dificuldades do processo de adoção.
4. Compreender a adaptação da criança e da família à mudança.
5. Compreender as estratégias utilizadas na adaptação da criança e da família à mudança.

3.4 Instrumentos

Neste estudo, para efeitos de recolha de dados, procedeu-se à utilização da entrevista semiestruturada que integra um guião com perguntas semi-abertas às quais se espera que o entrevistado responda de forma livre (Flick, 2005).

No sentido de adequar a entrevista ao presente estudo, foi necessário proceder à preparação prévia do guião de entrevista, para assim recolher informações necessárias ao cumprimento dos objetivos anteriormente mencionados.

A entrevista foi estruturada de acordo com sete partes:

Parte I: Legitimação da entrevista

Parte II: Caracterização sociodemográfica do entrevistado

Parte III: Perspetiva das mães e pais entrevistados sobre o bem-estar da criança

Parte IV: Motivações e maiores dificuldades sentidas pela família no processo de adoção

Parte V: Adaptação da criança e da família à mudança e principais alterações na dinâmica familiar, no sentido de proporcionar o seu bem-estar

Parte VI: Estratégias utilizadas na adaptação da criança e da família à mudança

Parte VII: Agradecimentos e finalização

A primeira parte do guião de entrevista procura esclarecer os participantes relativamente ao tema abordado, sendo informados sobre os objetivos, a metodologia e responsáveis pelo estudo. Do mesmo modo, os participantes foram informados da

necessidade de gravação das entrevistas para posterior análise dos dados recolhidos, tendo sido assegurada a confidencialidade dos dados.

Na segunda parte da entrevista, foram recolhidos os dados necessários para caracterizar os participantes. Para o efeito foram recolhidos dados relativamente à idade, estado civil, habilitações literárias, situação laboral, número de crianças adotadas e, idade das mesmas quando adotadas.

Quanto à terceira parte da entrevista, esta diz respeito às perguntas propriamente ditas. Desta forma, nesta terceira parte, as perguntas visam perceber o que é que os participantes (mãe ou pai) consideram necessário para o bem-estar da criança, e ainda de que modo consideram a importância da sua família no fornecimento de bem-estar à criança.

A quarta parte do guião de entrevista diz respeito à recolha de informações relativamente às motivações dos participantes em adotar e, as dificuldades sentidas no processo de adoção.

A quinta parte do guião de entrevista visa perceber como foi o período de adaptação da criança e da família adotiva à mudança, através dos relatos das mães e pais sendo consideradas as principais dificuldades e necessidades da criança. Procura perceber-se também, quais os sentimentos das mães e pais adotantes em relação às dificuldades mencionadas. Finalmente nesta parte, pretende-se perceber quais as preocupações dos participantes face à criança e ainda, quais as alterações na dinâmica familiar, com vista a proporcionar o desenvolvimento e bem-estar à criança.

Quanto à sexta parte do guião, esta procura perceber quais foram as estratégias utilizadas pelas mães e pais adotantes no sentido de facilitar a adaptação da criança e da família.

Em relação à sétima parte do guião de entrevista, esta remete para a finalização da entrevista terminando com um agradecimento aos participantes entrevistados pela participação no estudo.

3.5 Procedimentos gerais de recolha e tratamento dos dados

Atendendo aos objetivos do presente estudo, os participantes foram selecionados de acordo com a técnica de “*snowball*”, que designa um método distinto de amostragem utilizado para localizar e envolver pessoas de populações específicas (Cohen & Arieli, 2011). Foi utilizado como critério de inclusão neste estudo, mães e pais

casados, em união de facto ou solteiros que tenham adotado crianças entre os anos de 2006 e 2015.

A escolha por este tipo de amostragem justifica-se pela especificidade do tema abordado no presente estudo visto que Cohen e Arieli (2011) salienta a sua utilização em casos onde o pesquisador antecipa a existência de dificuldades inerentes à construção de uma amostra representativa da população em pesquisa.

Deste modo, na fase inicial de recolha de dados, procedeu-se a um primeiro contacto individual com os participantes, por intermédio de chamada telefónica, na qual os participantes se manifestaram disponíveis para participar na investigação. Em função da disponibilidade de tempo de cada um, procedeu-se ao agendamento da entrevista presencial. Assim, de acordo com a disponibilidade e agendamento das entrevistas dos nove participantes contactados, o processo de recolha de dados foi realizado entre março e abril de 2016.

As entrevistas foram realizadas individualmente na casa dos participantes que demonstraram disponibilidade para que a mesma fosse realizada no seu contexto familiar. Embora tenha sido na casa dos participantes, as entrevistas foram realizadas num ambiente calmo, sem interferências sonoras ou de outras pessoas. Tendo sido ajustada à disponibilidade dos participantes. Durante a realização das entrevistas, foi dado espaço para que os participantes pudessem responder livremente e sem constrangimentos a cada questão, tendo o tempo de duração da entrevista variado entre quinze e quarenta e cinco minutos, dependendo da disponibilidade de comunicação e partilha dos entrevistados.

É importante referir que, os participantes foram previamente esclarecidos sobre os objetivos da investigação, assim como a necessidade de gravação das entrevistas para a posterior análise dos dados recolhidos. No mesmo sentido, foi assegurado aos participantes a confidencialidade dos dados. Dada a autorização na sua gravação, os mesmos assinaram o consentimento informado em anexo no presente estudo (anexo II).

Efetuada e gravadas as entrevistas, as mesmas foram transcritas em suporte de papel com vista a facilitar a posterior análise de dados, tendo sido codificadas para assim garantir o anonimato dos participantes nas entrevistas. Desta forma, o código relativo a determinada entrevista corresponde à letra E (entrevistado), que antecede um número, estando compreendidos entre um e nove, que diz respeito ao número de participantes entrevistados. Estando anexado um exemplo de partes de uma entrevista efetuada (anexo III).

Posteriormente à transcrição rigorosa das entrevistas e, sendo um estudo exploratório e qualitativo, as mesmas foram analisadas com recurso à técnica de análise de conteúdo. Apoiado na transcrição das entrevistas em suporte papel, procedeu-se à redução da informação recolhida, tendo sido sublinhados os dados que remetiam para o cumprimento dos objetivos propostos para este estudo. Posteriormente, foram selecionadas categorias gerais, convergindo para subcategorias que remetiam para dados mais específicos.

Assim, na análise de conteúdo considerou-se um sistema baseado em categorias apoiado em unidades de registo (UR) e unidades de contagem (UC). As primeiras correspondem ao número de entrevistados que fizeram referência a determinada subcategoria e as segundas ao número de vezes que cada entrevistado fez referência a determinada subcategoria.

3.6 Caracterização dos participantes

Participaram neste estudo, sete mães e dois pais adotivos, sendo a idade das crianças adotadas entre os 12 meses e os 11 anos de idade (entre os anos de 2006 e 2015). Dado o grau de parentesco e proximidade com a criança, o estudo considera a perspectiva dos pais e das mães adotivos em relação ao bem-estar da criança na sua nova família, a família adotiva.

Quadro 1: Caracterização sociodemográfica dos participantes

Sujeito	Sexo	Idade	Estado Civil	Habilitações Académicas	Situação Laboral	Idade das crianças quando adotadas
E1	M	56	Casado	Mestrado	Empregado. Efetivo	7 anos, 9 anos
E2	F	42	Solteira	Mestrado	Empregada. Efetiva	4 anos
E3	F	39	Casada	Licenciatura	Empregada	1 ano
E4	F	39	Casada	12º ano	Empregada. Efetiva	3 anos
E5	M	37	Casado	12º ano	Empregado	4 anos e 5 anos
E6	F	35	Casada	12º ano	Empregada	4 anos e 5 anos

E7	F	45	Casada	Doutoramento	Empregada. Efetiva	4 anos
E8	F	44 anos	Casada	Licenciatura	Empregada. Efetiva	7 anos
E9	F	30 anos	Casada	9º ano	Empregada	11 anos, 5 anos, 4 anos, 3 anos

De acordo com os dados da tabela 1, é possível atender a uma certa heterogeneidade no que diz respeito ao gênero dos participantes entrevistados, verificando-se participantes do sexo feminino (N=7) e participantes do sexo masculino (N=2).

No que diz respeito às idades dos participantes as mesmas variam entre a idade mínima de 30 e máxima de 56 anos.

No que concerne ao estado civil, apenas uma participante é de estado civil solteira sendo que todos os outros são casados, correspondendo assim à possibilidade de adotar uma criança enquanto casal (duas pessoas casadas ou que vivam em união de facto num tempo mínimo de 4 anos) ou singular (uma pessoa que tenha idade mínima de 25 anos) (ISS, IP., 2016).

Considere-se ainda que todos os participantes se encontram numa situação laboral estável, estando todos empregados designando um importante fator à segurança e bem-estar da criança.

Finalmente, no que diz respeito à idade das crianças quando adotadas, estas são compreendidas entre um e 11 anos de idade. Podendo ser adotadas, de acordo com o ISS, IP. (2016), uma criança ou jovem que não tenha completado 15 anos até à data de chegada do seu processo ao tribunal (ISS, IP., 2016).

Capítulo IV – Apresentação dos Resultados

Neste capítulo, procede-se à apresentação dos resultados obtidos pelo recurso à técnica de análise de conteúdo dos dados obtidos das entrevistas efetuadas. Os mesmos foram recolhidos de modo sistemático, sendo classificados em temas previamente definidos que posteriormente resultaram na definição de categorias e subcategorias.

4.1 Apresentação e descrição do sistema de categorias

Considerando os temas previamente definidos, e em função da análise de conteúdo, surgem as categorias e subcategorias apoiadas no enquadramento teórico apresentado. O quadro 2 apresenta uma visão geral dos temas, categorias e subcategorias.

Quadro 2: Apresentação geral dos temas, categorias e subcategorias de análise de conteúdo

Temas	Categorias	Subcategorias
1. Perspetiva das mães e pais entrevistados sobre o bem-estar da criança	Satisfação de necessidades	Afeto
		Atenção
	Estabilidade	Formação pessoal e educação
		Respeito
Apoio da família alargada	Financeira e material	
		Estrutura familiar
2. Motivações para adotar	Impossibilidade de ter filhos biológicos	Apoio instrumental
	Necessidade de ajudar	Idade avançada
3. Dificuldades do processo de adoção	Extensão do processo	Problemas de saúde
	Sentimentos negativos associados às dificuldades do processo	Vontade de adotar
	Não houve dificuldades	Tempo de espera
	Dificuldades da criança	Impaciência
		Dificuldade escolar

4. Adaptação da criança e da família à mudança	Dificuldade de relação com os pares
	Dificuldade no reconhecimento e aceitação da figura masculina
	Desconfiança perante o adulto
	Atraso no desenvolvimento
Necessidades da criança	Comportamentos problemáticos
	Necessidade de disciplina
	Necessidade de afeto
Facilitadores associados à criança	Necessidade de atenção
	Facilidade da criança no reconhecimento dos elementos do sistema familiar
	Reconhecimento/Gratidão
Dificuldades das mães e pais	Sentimentos de inquietação
	Sentimentos de compaixão
	Sentimentos de angústia
	Desencontro entre a expectativa e a realidade
Preocupação das mães e pais com o desenvolvimento e bem-estar da criança	Autonomia
	Formação pessoal e educação
	Estabilidade material e segurança afetiva
	Mudança de rotinas

		Alteração nas dinâmicas familiares	Aumento de responsabilidade
5. Estratégias utilizadas para adaptação	para pais para facilitar/promover a adaptação do filho/a	Estratégias das mães e pais para facilitar/promover a adaptação do filho/a	Conversas com a criança sobre a adoção Postura calma e de acompanhamento Atitude positiva relativamente à criança mesmo perante comportamentos de provocação Atividades de convívio Procura de ajuda técnica

Tema 1 – Perspetiva das mães e pais entrevistados sobre o bem-estar da criança

O primeiro tema, perspetiva das mães e pais entrevistados sobre o bem-estar da criança, compreende três categorias e sete subcategorias. O mesmo descreve o modo como os participantes ou seja, as mães e pais adotantes entrevistados, entendem o significado de bem-estar da criança, considerando o que é necessário para tal.

Categoria 1: Satisfação de necessidades

Nesta categoria, as mães e pais consideram a existência de necessidades da criança sendo que, para o seu bem-estar, as mães e pais adotantes salientam a importância pela satisfação das suas necessidades. Neste contexto, referem-se à necessidade de afeto, atenção, formação pessoal e educação e de respeito.

Quadro 3: Categoria 1 – Satisfação das necessidades

Subcategorias	(UR)	(UC)
Afeto	7	13
Atenção	4	4
Formação pessoal e educação	4	5
Respeito	1	1

Tal como ilustra o quadro 3, da categoria sobre a importância pela satisfação das necessidades da criança, surgem quatro subcategorias, que referem a perspectiva das mães e pais sobre o que é necessário para o bem-estar da criança.

A subcategoria Afeto (amor/carinho) foi descrita por sete entrevistados (UC=13), evidenciando-se os seguintes exemplos: “A criança para estar bem precisa de ter carinho, ter alguém que a ame” E5; “(...) o amor, carinho, acho que é tudo o que eles precisam” E9.

No que concerne à subcategoria Atenção (tempo para as crianças), esta foi referida por quatro entrevistados (UC=4), servindo como exemplo: “(...) o ter tempo para falar, para as ouvir, para brincar, acho que isso é fundamental” E7.

A subcategoria Formação pessoal e educação, esta foi destacada por quatro entrevistados (UC=5), salientando o seguinte exemplo: “Que seja feliz e tenha uma boa educação” E4.

Finalmente, a subcategoria Respeito foi mencionada por um entrevistado (UC=1), servindo como exemplo: “(...) e respeitar algumas coisas porque elas são todas diferentes” E7.

Categoria 2: Estabilidade

Esta categoria diz respeito à necessidade de estabilidade referida pelas mães e pais no âmbito do bem-estar da criança. Nesta perspectiva, as mães e pais atendem à necessidade de estabilidade ao nível financeiro e material e, ao nível da estrutura familiar.

Quadro 4: Categoria 2 – Estabilidade

Subcategorias	(UR)	(UC)
Financeira e material	2	2
Estrutura familiar	4	5

Tal como demonstra o quadro 4, da categoria sobre a necessidade de estabilidade da criança, surgem as seguintes subcategorias relativas à estabilidade financeira e material e estabilidade da estrutura familiar.

A subcategoria estabilidade Financeira e material foi descrita por dois entrevistados (UC=2), evidenciando-se o seguinte exemplo: “(...) temos que ter condições socioeconómicas, senão também não conseguíamos dar um bem-estar” E1.

Em relação à subcategoria sobre a estabilidade Familiar (equilíbrio e estrutura familiar), a mesma foi referida por quatro entrevistados (UC=5), salientando-se o seguinte exemplo: “Fundamental, uma estrutura familiar consistente e coesa” E3.

Categoria 3: Apoio da família alargada

De acordo com os dados recolhidos relativamente a este primeiro tema, as mães e pais consideraram a importância do apoio da família alargada no fornecimento de bem-estar à criança.

Quadro 5: Categoria 3 – Apoio da família alargada

Subcategorias	(UR)	(UC)
Apoio instrumental	2	2

Tal como demonstra o quadro 5, da categoria sobre o apoio da família alargada, surge uma subcategoria relativa ao apoio ao nível instrumental.

A subcategoria sobre o apoio ao nível instrumental remete para a ajuda na educação da criança, tendo sido mencionada por dois entrevistados (UC=2). Neste contexto, salientam-se os seguintes exemplos: “(...) são o meu braço direito na educação deles também” E6; “Especialmente os nossos pais porque nos têm ajudado um bocadinho também com a educação” E4.

Tema 2 – Motivações para adotar

Neste segundo tema, pretende-se perceber quais os motivos que levaram os participantes à decisão de adotar. Com efeito, este tema reúne duas categorias e três subcategorias que permitem compreender as motivações à adoção.

Categoria 1: Impossibilidade de ter filhos biológicos

Esta categoria diz respeito a um dos motivos encontrados na amostra deste estudo, face à decisão de adotar. Desta forma, em função da categoria sobre a impossibilidade de ter filhos biológicos, surgem como causas as subcategorias relacionadas com a idade avançada e problemas de saúde.

Quadro 6: Categoria 1 – Impossibilidade de ter filhos biológicos

Subcategorias	(UR)	(UC)
Idade avançada	1	1
Problemas de saúde	2	2

No que concerne a esta categoria, apresentam-se as seguintes subcategorias justificando a impossibilidade de ter filhos biológicos pela Idade avançada, ou por Problemas de saúde.

Em relação à subcategoria sobre a Idade avançada, a mesma foi referida por um participante (UC= 1) sendo ilustrada pelo seguinte exemplo: “(...) nós tentámos primeiro ter filhos biológicos e dada a idade avançada da esposa não foi possível.” E1.

Quanto à subcategoria relativa a Problemas de saúde, esta foi referida por dois participantes (UC=2), servindo como exemplo a frase: “(...) infelizmente, tive um problema de saúde e não posso ter bebés.” E6.

Categoria 2: Necessidade de ajudar

Esta categoria relaciona-se com uma outra motivação encontrada nos participantes entrevistados à adoção. Nesta categoria as mães e pais referiram a necessidade de ajudar manifestada pela subcategoria relativa à vontade de adotar.

Quadro 7: Categoria 2 – Necessidade de ajudar

Subcategorias	(UR)	(UC)
Vontade de adotar	7	7

Em relação a esta categoria, surge uma subcategoria que diz respeito à vontade sentida pelos participantes em adotar, sendo referida pelos participantes mesmo que tivessem filhos biológicos. Esta foi mencionada por sete participantes (UC=7), salientando-se os seguintes exemplos: “Eu sempre quis adotar!” E8; “(...) eu toda a vida gostei e queria adotar uma criança (...)” E3; “Eu sempre tive essa ideia!” E6; “Porque queria mesmo adotar” E7; “(...) mesmo se tivesse filhos biológicos, a adoção estava nos meus planos” E2; “(...) dar a uma criança que supostamente iria ter uma vida destruída (...)” E3.

Tema 3 – Dificuldades do processo de adoção

Este tema diz respeito às dificuldades sentidas pelas mães e pais entrevistados, no processo de adoção, surgindo com isto, dados relativamente a sentimentos negativos associados às dificuldades apontadas. Desta feita, este tema compreende três categorias e três subcategorias, correspondendo à extensão do processo, a sentimentos negativos associados às dificuldades do mesmo e ainda a uma categoria que refere que não existiram dificuldades no processo.

Categoria 1: Extensão do processo

Nesta categoria, é evidente a extensão do processo enquanto dificuldade sentida no mesmo, sendo esta manifestada pelo tempo de espera.

Quadro 8: Categoria 1 – Extensão do processo

Subcategorias	(UR)	(UC)
Tempo de espera	7	16

Assim, a subcategoria Tempo de espera (considera o tempo que os pais esperam até que lhes seja apresentada a criança a adotar), foi mencionada por sete participantes (UC=16) sendo ilustrada pelos seguintes exemplos: “A dificuldade foi o tempo de espera, que é muito!” E3; “(...) os anos que nós ficámos à espera são muito difíceis” E3; “Inicialmente é um processo rápido de se fazer, depois temos é o outro que é o grande, que é a espera!” E1; “Foi só o tempo de espera” E4.

Categoria 2: Sentimentos negativos associados à dificuldade do processo de adoção

A presente categoria evidencia os sentimentos negativos vivenciados pelos pais e mães relativamente à dificuldade sentida processo de adoção associados ao tempo de espera.

Quadro 9: Categoria 2 – Sentimentos negativos associados à dificuldade do processo de adoção

Subcategorias	(UR)	(UC)
Impaciência	2	3

Tal como se pode verificar no quadro 9, da categoria sobre os sentimentos negativos associados ao processo de adoção, surgiu apenas uma subcategoria inerente ao sentimento de Impaciência.

Em relação à subcategoria Impaciência (cansaço, desgaste, saturação), esta foi mencionada por dois entrevistados (UC=3), considerando-se o seguinte exemplo: “É porque depois já... já cansa! Já nos desgastamos, a pessoa já fica saturada do tempo infinito que se espera!” E3.

Categoria 3: Não houve dificuldades

Muito embora tenha sido apresentada uma categoria relacionada com a dificuldade sentida pela extensão do processo de adoção, importa considerar o facto de alguns participantes referirem que não existiram dificuldades. Não existindo também, subcategorias associadas a esta categoria.

Quadro 10: Categoria 3 – Não houve dificuldades

Categoria	(UR)	(UC)
Não houve dificuldades	2	3

A categoria que designa que Não houve dificuldades foi referida por dois entrevistados (UC=3), utilizando-se os seguintes exemplos: “Não, não houve dificuldades!” E6; “não houve dificuldades!” E8.

Tema 4 – Adaptação da criança e da família à mudança

Este tema diz respeito à adaptação da criança e da família adotante em relação à mudança isto é, à adoção e integração da mesma na família adotante. Neste sentido, apresentam-se seis categorias e vinte e uma subcategorias. De acordo com o testemunho dos entrevistados, foi possível compreender a existência de Dificuldades e

Necessidades da criança (ambas verificadas e mencionadas segundo a perspectiva dos pais e mães adotivos), Facilitadores associados à criança, Dificuldades dos pais, Preocupações dos pais com o desenvolvimento e bem-estar da criança e, Alterações nas dinâmicas familiares. Sendo compreendida a adaptação da criança e da família adotante face à adoção, com base nestas categorias mencionadas.

Categoria 1 – Dificuldades da criança (verificadas pelas mães e pais adotantes)

Esta categoria diz respeito às Dificuldades da criança, verificadas pelas mães e pais adotantes, sentidas no período de adaptação da criança.

Quadro 11: Categoria 1 - Dificuldades da criança (verificadas pelas mães e pais adotantes)

Subcategorias	(UR)	(UC)
Dificuldade escolar	1	2
Dificuldade de relação com os pares	1	1
Dificuldade no reconhecimento e aceitação da figura masculina	2	2
Desconfiança perante o adulto	1	2
Atraso no desenvolvimento	6	8
Comportamentos problemáticos	9	14

De acordo com o quadro apresentado, é possível verificar que inerente à categoria sobre as Dificuldades da criança, verificadas pelas mães e pais, surgem seis subcategorias denominadas: Dificuldade escolar, Dificuldade de relação com os pares, Dificuldade no reconhecimento e aceitação da figura masculina, Desconfiança perante o adulto, Atraso no desenvolvimento e ainda, a existência de Comportamentos problemáticos.

Com efeito, a subcategoria Dificuldade escolar, foi referida por um participante (UC=2), sendo ilustrada pelo seguinte exemplo: “Eles vinham um pouco mal preparados em termos de escola” E1; “Muita dificuldade a nível da escola, porque não tinham regras, nesse ponto de vista” E1.

A subcategoria Dificuldade de relação com os pares foi mencionada por um participante (UC=1), sendo apoiada pelo exemplo: “(...) tinha dificuldade em relacionar-se com os seus pares” E2.

Quanto à subcategoria sobre a Dificuldade no reconhecimento e aceitação da figura masculina (sobretudo associada às meninas adotadas), fora mencionada por dois participantes (UC=2) sendo sustentada pelos seguintes exemplos: “(...) também foi duro porque ela nunca tinha tido contacto com a parte masculina” E1; “(...) tinha algum medo da figura masculina, portanto foi mais difícil para o meu marido do que para mim (...)” E7.

Em relação à subcategoria Desconfiança perante o adulto, a mesma diz respeito à dificuldade da criança em confiar nos pais. Esta foi referida por um participante (UC=2), sendo ilustrada pelas seguintes frases: “Eles acabam por não fazer laços (na instituição)! E então acho que nesse sentido, depois quando há esta parte da adoção, é mais difícil de se entregarem aos pais!” E6; “O mais novo, o menino, entregou-se mais facilmente, a menina foi mais difícil!” E6.

No que diz respeito à subcategoria Atraso no desenvolvimento, este contempla atrasos nos domínios da linguagem, físico e ainda no conhecimento do meio envolvente tendo sido referidas por seis participantes (UC=8). Os atrasos nestes domínios de desenvolvimento foram considerados pelos pais e mães, em função da idade da criança. Com efeito, quanto ao domínio do atraso na linguagem esta apoia-se pelos seguintes exemplos: “Quando veio para nós, quase não sabia dizer nada!” E4; “(...) não falavam nada com jeito, as palavras eram mal pronunciadas, tive que lhes ensinar tudo!” E6; “(...) ela tinha muitas dificuldades ao nível da linguagem verbal, mas também da linguagem escrita (...)” E8.

O atraso no domínio do desenvolvimento físico é ilustrado pelas seguintes frases: “Eu tive que ensinar tudo como se fossem dois bebés! A vestirem-se, a lavarem-se, a lavarem os dentes, quer dizer, eles não eram bebés, mas foram bebés!” E6; “A criança de agora, não é a criança que veio! A coluna dele era gelatina!” E3.

Finalmente, o atraso no conhecimento do meio envolvente é suportado pela seguinte frase: “As crianças quase não conheciam a comida! (...) Eu tive que introduzir tudo de novo” E6.

Em relação à subcategoria sobre os Comportamentos problemáticos (manifestados pela criança), os mesmos dizem respeito a comportamentos de manipulação, comportamentos de provocação, agressividade, comportamentos de mentir e esconder e, comportamentos de agressividade contra si próprio, sendo mencionados por nove participantes (UC=14).

Desta feita, a questão sobre os comportamentos de manipulação, inclui também comportamentos de manipulação da irmã mais velha sobre o irmão mais novo, sendo que a mais velha mandava no irmão mais novo. Neste contexto, consideram-se as seguintes frases enquanto exemplos ilustrativos: "(...) ela era a mandona, ela era a mãe dele (do irmão)! Ela é que andava sempre com ele, e ela é que controlava aquilo!" E1; "Ela é mais velha, eles só têm onze meses de diferença. Portanto ela queria mandar nele, ela é que sabia, ela acabava por metê-lo um bocadinho abaixo!" E6; "Houve uma dificuldade que era manipular. Chegava a distorcer a realidade, para diminuir a mãe, ou para diminuir alguma coisa (...)" E2.

Os comportamentos de provocação (manifestados pela verbalização de provocação) são ilustrados pelo seguinte exemplo: "Os filhos querem saber se nós também os abandonamos, e provocam-nos do estilo «Tu não és meu pai!» e, «Eu não quero estar aqui! E quero-me ir embora!» e isso é uma provocação, implícita que eles fazem, para saber se efetivamente os abandonamos ou não!" E1.

Quanto aos comportamentos de agressivos por parte da criança, dirigidos também para os pais, este apoia-se pelos seguintes exemplos: "Mordia-nos, batia-nos, puxava o cabelo" E4; "(...) era um bocadinho agressiva com os bonecos, com o irmão muitas vezes também!" E6.

No que concerne aos comportamentos de mentir e esconder, esta referência é sustentada pelos seguintes exemplos: "(...) ela mentia muito, escondia os testes, não assumia as notas que tinha (...)" E8; "Ela tinha muita necessidade de mentir, e aliás levámo-la a uma pedopsiquiatra por causa disso, porque ela achava que teria que ser uma pessoa que na cabeça dela seria a pessoa que nos agradaria a nós" E8.

Relativamente aos comportamentos agressivos da criança contra si próprio, o mesmo é suportado pelos seguintes exemplos: "(...) ele mordida-se, batia-se! Trazia estas coisas todas!" E4; "Quando agente dizia alguma coisa ou contrariava, puxava os cabelos a ele próprio!" E3; "Se nós o contrariávamos, se nós lhe dizíamos alguma coisa, ele mordida-se! Ele autofuziláva-se a ele próprio!" E3.

Categoria 2 – Necessidades da criança (verificadas pelas mães e pais adotantes)

Esta categoria apresenta as necessidades das crianças, sentidas pelas mães e pais no período de adaptação das mesmas.

Quadro 12: Categoria 2 – Necessidades das crianças (verificadas pelas mães e pais adotantes)

Subcategorias	(UR)	(UC)
Necessidade de disciplina	2	2
Necessidade de afeto	3	6
Necessidade de atenção	3	4

O quadro 12 demonstra a existência de três subcategorias: Necessidade de disciplina, Necessidade de afeto e, Necessidade de atenção representando a categoria sobre as necessidades das crianças, verificadas pelos pais e mães adotivos no período de adaptação.

A subcategoria Necessidade de disciplina, que considera a importância da existência de regras, foi mencionada por dois participantes (UC=2), sendo ilustrada pelas seguintes frases: “Eles precisavam um bocadinho mais de disciplina (...)” E1; “Era uma criança que não sabia estar sentada à mesa, teve que aprender a estar sentada à mesa.” E7.

Quanto à subcategoria Necessidade de afeto, a mesma foi referida por três participantes (UC=6), sendo ilustrada pelas seguintes frases: “Ela precisa muito de carinhos” E4; “Eles têm tanta carência de afeto, que eles absorvem-nos! A nós e a quem nos rodeia” E6; “Precisavam de carinho (...). Eram crianças muito carentes” E9.

A subcategoria Necessidade de atenção foi referida por três entrevistados (UC=4), estando apoiada pelos seguintes exemplos: “Eles querem atenção! Eles querem chamar à atenção, querem ser desejados, querem ser acarinhados” E6; “Ele chama à atenção «Dá-me um beijinho! E o beijinho?!» (...) ele pede também esse carinho!” E4.

Categoria 3 – Facilitadores associados à criança

Alguns dados recolhidos, apontam para uma facilidade na adaptação da criança à família adotiva. Assim, de acordo com esta categoria, é possível identificar as

seguintes subcategorias: Facilidade da criança no reconhecimento dos elementos do sistema familiar e, Reconhecimento/Gratidão face à família adotiva

Quadro 13: Categoria 3 – Facilitadores associados à criança

Subcategorias	(UR)	(UC)
Facilidade da criança no reconhecimento dos elementos do sistema familiar	5	6
Reconhecimento/Gratidão	1	1

O quadro 13 evidência a existência de duas subcategorias enquanto facilitadores associados à criança no âmbito da sua adaptação à família adotiva.

A subcategoria relativa à Facilidade da criança no reconhecimento dos elementos do sistema familiar, esta foi referida por cinco entrevistados (UC=6), estando apoiada pelos seguintes exemplos: “Eles naturalmente quando chegaram a casa, aceitaram-nos e chamaram sempre pai e mãe!” E1; “Adaptou-se muito bem! Com os avós também foi fácil! Começou logo a chamar pai e mãe no primeiro dia, ao avô e à avó, também!” E4.

Quanto à subcategoria Reconhecimento/Gratidão, esta foi referida por um participante (UC=1), apontando para o sentimento de gratidão da criança face à família enquanto meio de facilitar a sua adaptação à mesma. Esta é ilustrada pelo seguinte exemplo: “Eles eram muito agradecidos!” E9.

Categoria 4 – Dificuldades das mães e pais

Esta categoria diz respeito às dificuldades das mães e pais, apresentando os sentimentos relatados pelas mães e pais adotantes em relação às suas dificuldades sentidas no período de adaptação da criança.

Quadro 14: Categoria 4 – Dificuldades das mães e pais

Subcategorias	(UR)	(UC)
Sentimentos de Inquietação	1	2
Sentimentos de Compaixão	1	2
Sentimentos de Angústia	2	4
Desencontro entre expectativa e realidade	1	4

Com efeito, nesta categoria são evidentes quatro subcategorias: Sentimentos de inquietação; Sentimentos de compaixão; Sentimentos de angústia e, Desencontro entre expectativa e a realidade.

A subcategoria Sentimentos de inquietação (manifestada pela preocupação dos pais e mães em saber como ajudar a criança a ultrapassar as dificuldades e comportamentos) foi referida por um participante (UC=2), sendo ilustrada pela seguinte frase: “A minha preocupação era saber como é que eu o conseguia ajudar a ultrapassá-las (dificuldades da criança).” E3.

No que diz respeito à subcategoria Sentimentos de compaixão, a mesma foi mencionada por um participante (UC=2), salientando-se os seguintes exemplos: “Fiquei muito sensibilizada (...)” E6; “E tive vontade de ir lá buscar os outros todos! Eu se tivesse posses, adotava mais crianças, sem dúvida nenhuma!” E6.

Relativamente à subcategoria Sentimentos de angústia, esta foi mencionada por dois participantes (UC=4), estando ilustrada pelas seguintes frases: “Houve outra coisa que me deixava um bocadinho angustiada era às vezes, a tristeza dela.” E7; “Perdida, um bocadinho perdida sem saber como havia de agir inicialmente” E8.

Quanto à subcategoria Desencontro entre a expectativa e a realidade, a mesma foi referida por um entrevistado (UC=4), apoiada pelos seguintes exemplos: “Tinha uma expectativa diferente da própria realidade agora!” E4; “Sendo mais pequenina, achei que era mais fácil.” E4.

Categoria 5 – Preocupação das mães e pais com o desenvolvimento e bem-estar da criança

Perante as dificuldades e necessidades da criança, mencionadas pelas mães e pais adotantes, surgiram preocupações associadas ao desenvolvimento e bem-estar da mesma.

Quadro 15: Categoria 5 – Preocupações das mães e pais com o desenvolvimento e bem-estar da criança

Subcategorias	(UR)	(UC)
Autonomia	1	3
Formação pessoal e educação	5	7
Estabilidade material e segurança afetiva	3	4

Inerente à categoria sobre as preocupações das mães e pais adotantes relativamente à criança, obtiveram-se três subcategorias: Autonomia, Formação pessoal e educação, Estabilidade material e segurança afetiva.

A subcategoria Autonomia foi mencionada por um participante (UC=3), salientando-se os seguintes exemplos: “É conseguir dar-lhes a eles capacidade e ferramentas para eles terem um futuro autónomo!” E1; “Eu gostava, a ele e ela dar-lhes ferramentas, autonomia, para que eles independentemente conseguissem, estar na vida.” E1.

Quanto à subcategoria Formação pessoal e educação, esta foi referida por cinco participantes (UC=7), sendo ilustrada pelas seguintes frases: “São muitas! Mas é tentar ver se o comportamento dele muda! (...). E é a preocupação da educação e do desenvolvimento dele!” E4; “O importante nisto tudo é eles criarem-se como homens e mulheres. Cresçam e que se tornem trabalhadores, respeitadores, honestos.” E5; “Ela decidir que rumo quer dar, que caminho é que ela quer seguir. E as saídas dela profissionais.” E8; “Só lhe quero dar pernas para, ela sentir que não precisa de manipular pessoas para ser feliz!” E2.

Em relação à subcategoria Estabilidade material e segurança afetiva, esta foi referida por três entrevistados (UC=4), estando apoiada pelos exemplos: “Que seja uma

criança saudável, responsável, coerente e que seja um adulto estável emocionalmente e que tenha uma vida dentro da estabilidade que nós temos hoje em dia.” E3; “Primeiro que elas se sintam felizes e que sintam que têm um pai e uma mãe que os ama! E têm! E que se sintam seguras principalmente, a segurança acho que é essencial!” E6.

Categoria 6 – Alteração das dinâmicas familiares

Dada a mudança evidenciada pela adoção da criança, foram referidas pelas mães e pais adotantes, alterações na dinâmica familiar, no sentido de fornecer o bem-estar à criança.

Quadro 16: Categoria 6 – Alteração das dinâmicas familiares

Subcategorias	(UR)	(UC)
Mudança de rotinas	8	19
Aumento de responsabilidade	5	7

De acordo com o quadro 16, as duas subcategorias verificadas nesta categoria dizem respeito a: Mudança de rotinas e, Aumento da responsabilidade.

Desta forma, a subcategoria Mudança de rotinas, foi mencionada por oito participantes (UC=19), destacando-se os seguintes exemplos: “Alterou-se tudo! Completamente tudo!” E1; “Tudo! O dia-a-dia! (...) Somos mais felizes, obviamente!” E6.

Relativamente à subcategoria Aumento de responsabilidade, a mesma contempla a prioridade dada ao bem-estar da criança. Esta subcategoria foi mencionada por cinco participantes (UC=7), salientando-se os seguintes exemplos: “(...) a vida muda radicalmente! Nós deixámos de pensar e viver em função de nós próprios, para viver em função de outra pessoa, de uma criança.” E3; “Alterou-se tudo! Alterou-se mesmo tudo! (...) agora é tudo a pensar nele, é tudo (...)” E4; “(...) vimo-nos com uma responsabilidade acrescida de ter duas crianças em casa.” E1.

Tema 5 – Estratégias utilizadas para a adaptação da criança

Esta categoria considera as estratégias utilizadas pelas mães e pais para a adaptação da criança, no sentido de ultrapassar as dificuldades e necessidades da

criança, evidenciados nas categorias anteriores. Desta forma, este tema compreende uma categoria e cinco subcategorias.

Categoria 1 – Estratégias das mães e pais para facilitar/promover a adaptação da criança

Esta categoria corresponde ao conjunto de estratégias utilizadas pelas mães e pais com vista a facilitar a adaptação da criança na família adotiva

Quadro 17: Categoria 1 – Estratégias das mães e pais para facilitar/promover a adaptação da criança

Subcategorias	(UR)	(UC)
Conversas com a criança sobre a adoção	2	4
Postura calma e de acompanhamento	2	3
Atitude positiva relativamente à criança mesmo perante comportamentos de provocação.	1	1
Atividades de convívio	1	1
Procura de ajuda técnica	4	7

Os dados do quadro 17 representam as subcategorias sobre as estratégias utilizadas pelas mães e pais no sentido de facilitar a adaptação da criança. Para tal, destacam-se as seguintes subcategorias: Conversas com a criança sobre a adoção (não cortar com o passado); Postura calma e acompanhamento das crianças; Atitude positiva relativamente à criança mesmo perante comportamentos de provocação; Atividades de convívio e, Procura de ajuda técnica (psicólogo, professor, médica de família).

A subcategoria Conversas com a criança sobre a adoção (não cortar com o passado), foi mencionada por dois entrevistados (UC=4) sendo ilustrada pelos seguintes exemplos: “Eles sabem que têm um passado! E é importante que eles saibam, nunca esconder! É importante falar nisso no dia-a-dia, normal, como se fosse uma coisa normal!” E6; “Quando as pessoas têm necessidade de cortar com o passado, depois

também não podem ir buscar essas ajudas (...). Achámos que não tínhamos nada que cortar e foi claramente melhor assim.” E7; “Quando eles quiserem saber de onde é que vieram, onde é que nasceram, nós temos o processo guardado, e vou-lhes mostrar quando eles quiserem. Acho que é importante!” E6.

No que diz respeito à subcategoria Postura calma e acompanhamento (pelos pais e mães), a mesma foi mencionada por dois participantes (UC=3), sendo apoiada pelos seguintes exemplos: “Muita persistência, muita calma!” E1; “Como deve imaginar todas estas coisas, com muito trabalho foram-se alterando” E2.

Em relação à subcategoria atitude positiva relativamente à criança mesmo perante comportamentos de provocação, esta foi referida por um participante (UC=1) salientando-se o seguinte exemplo: “(...) às vezes ela dizia «não gosto de ti, tu não és minha mãe» e isso não é uma coisa fácil de lidar (...). Eu dizia «está bem mas eu gosto muito de ti e sou tua mãe quer tu queiras, quer não» e ela pronto.” E7.

A subcategoria Atividades de convívio remonta para a referência das mães e pais em fomentar essas atividades com os elementos da família alargada, tendo sido referida por um participante (UC=1), sendo ilustrada pela seguinte frase: “De vez em quando fazer os relacionamentos dos almoços, dos jantares” E1.

No que concerne à subcategoria Procura de ajuda técnica (psicólogo, professor, médico de família), esta fora referida por quatro participantes (UC=7), salientando-se as seguintes frases como exemplo: “Depois em conversa com psicólogos, que quis saber para perceber, para ver também como é que conseguia ajudar!” E3; “Juntamente com a professora e com a médica de família, estamos a ter apoio” E4; “A nossa preocupação foi, como é que nós vamos ensinar, ultrapassar, mostrar, fazer-lhe ver estas situações. Andei à procura de psicólogas infantis, principalmente em crianças adotadas (...) tanto procurei que consegui encontrar e então, ajudaram-nos e explicaram como é que nós conseguíamos ultrapassar a situação, em prol da criança ficar estável e sociável.” E3; “Portanto, nós tivemos um apoio porque também o procurámos, sempre o procurámos. Telefonávamos, perguntávamos, sempre o procurámos (...) isso ajudou-nos imenso.” E7; “A questão da necessidade de mentir demorou mais tempo, tanto que acabámos por levá-la uma pedopsiquiatra, que disse que isto ia acabar por se diluir à medida que ela se ia sentir mais segura (...)” E8.

Capítulo V - Análise e discussão dos resultados

Face à apresentação detalhada dos resultados obtidos procura-se neste capítulo, proceder à sua interpretação e discussão, de acordo com os objetivos propostos neste estudo. Com efeito, os dados recolhidos das entrevistas efetuadas, são comparados com a literatura revista com vista à sua melhor compreensão.

No sentido de defender a adoção enquanto medida de bem-estar da criança, pretende-se de acordo com a perspetiva das mães e pais adotantes, interpretar e discutir em primeiro lugar, o entendimento dos participantes entrevistados face ao bem-estar da criança, sendo destacadas as condições necessárias para tal.

Posteriormente, atente-se a um enquadramento sobre as motivações à adoção e, às dificuldades sentidas no processo de adoção, também evidenciadas no enquadramento teórico do presente estudo. De seguida, em função da interpretação e discussão dos dados relativamente ao período de adaptação da criança à família, procura-se compreender as repercussões do mesmo. Atendendo assim, às dificuldades, necessidades, elementos facilitadores, preocupações e alterações ocorridas nas dinâmicas das famílias adotivas, no sentido do fornecimento de bem-estar à criança. Considera-se posteriormente, a interpretação das estratégias utilizadas no sentido de facilitar a adaptação da criança à família.

A análise e discussão dos resultados serão organizadas segundo a mesma ordem pela qual foram apresentados os objetivos.

5.1 Entendimento das mães e pais adotantes face ao bem-estar da criança

O primeiro objetivo específico visa perceber o entendimento das mães e pais adotantes sobre o bem-estar da criança, atendendo àquilo que consideram necessário para tal.

Neste sentido, de acordo com a perspetiva das mães e pais entrevistados no presente estudo, para que a criança esteja bem, importa atender à satisfação das suas necessidades, assim como a sua integração num contexto estável, sendo atribuído à criança, o direito à satisfação das suas necessidades. Este entendimento é corroborado por Matias (2014). No mesmo sentido, consideram ainda a importância do apoio da família alargada no fornecimento desse bem-estar à criança.

No que diz respeito à satisfação das necessidades da criança, os participantes referiram na sua maioria, a necessidade de afeto, formação pessoal e educação, seguidos da necessidade de atenção e respeito, salientando-se de acordo com Mateus

e Relvas (2002), a necessidade humana de cuidado, carinho e segurança, como aspetos fundamentais ao desenvolvimento de uma relação de proximidade com o cuidador. De acordo com Custódio e Cruz (2008), o comportamento afetivo por parte dos pais manifesta-se por intermédio de comportamentos dirigidos ao bem-estar e satisfação das necessidades da criança.

Segundo Ceconello, Antoni, e Koller (2003), numa situação ideal, o microsistema familiar diz respeito ao principal meio de segurança, proteção, afeto e bem-estar para a criança. Neste sentido, os participantes deste estudo apontaram para a importância da estabilidade familiar, entendida por equilíbrio da estrutura familiar, e pela estabilidade financeira e material. A este respeito, Cruz (2005, citado por Scorsolini-Comin & Santos, 2010) refere que o afeto fornecido pelos pais resulta no desenvolvimento favorável à criança e adolescente, considerando portanto a qualidade do meio familiar. Também Tomás e Fonseca (2004) defendem o papel preponderante da família na garantia pelo bem-estar da criança, salientando a necessidade de cuidados básicos e a satisfação dos direitos da criança incluindo a alimentação, a educação e o afeto.

Do mesmo modo, Chase-Lansdale et al. (1995) reforça o papel da família na promoção de cuidado, cuja importância manifesta que, crianças que tenham experimentado relações de afeto, desenvolvem o sentimento de confiança para com os outros. Assim, as crianças precisam de pais afetuosos, de apoio e comunicação adaptados às suas necessidades (Greene et al., 2003, citado por Stefano & Cyr, 2014). Tal como mencionado no preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança, a mesma defende a necessidade de um ambiente familiar, de amor e felicidade para o bom desenvolvimento da criança, sendo o mesmo prejudicado pela falta de afeto (Ceconello et al., 2003).

Aliado ao entendimento acerca do bem-estar da criança, foi ainda referido por alguns entrevistados a importância do apoio da família alargada no fornecimento desse bem-estar à criança. Neste sentido, foi apontada a ajuda dos familiares no âmbito do apoio instrumental, remetendo para o auxílio na educação da criança. A importância atribuída à rede familiar salienta que o apoio satisfatório por parte dos familiares influencia a perceção do cuidador sobre a sua eficácia e capacidade enquanto cuidador (Cain, 2006).

Em função da análise dos dados relativamente a este objetivo, é possível perceber que o entendimento sobre o bem-estar da criança por parte das mães e pais adotantes corresponde às referências dos autores mencionados na revisão de literatura,

destacando com isto a satisfação das necessidades e realização dos direitos da criança. Desta forma, ao atendermos ao seu direito a ser amada e cuidada, estamos a dirigir-nos ao bem-estar da criança.

5.2 Motivações à adoção

O segundo objetivo específico visa perceber quais as motivações dos participantes a adotar a criança. Neste ponto, as principais motivações referidas, dizem respeito à impossibilidade de ter filhos e à necessidade sentida pelas mães e pais em ajudar, manifestada pela vontade de adotar.

A impossibilidade de ter filhos biológicos foi referida principalmente por consequência de problemas de saúde e ainda, pela idade avançada. De facto, Mahl, Jaeger, Patias, e Dias (2011) salientam o desejo generalizado da mulher em gerar um filho, sendo a adoção apontada como uma alternativa, depois de esgotadas as hipóteses de conceção, seja natural ou artificial.

No que concerne à necessidade sentida pelas mães e pais em ajudar, esta é manifestada pela vontade de adotar, sendo essa vontade referida por alguns participantes independentemente de terem filhos biológicos. Esta questão, sobre a vontade de ajudar, remete para os resultados do estudo de Bègue (2013, citado por Peyron et al., 2015) que salienta as motivações relacionadas com o desejo de fazer o bem, e sensibilidade para com crianças institucionalizadas e ainda, pela necessidade de dar. Pode considerar-se neste ponto, a questão do altruísmo que atenta ao comportamento de resposta às necessidades de outrem (Korsgaard, Meglino & Lester, 1996, citado por Ebrahim, 2001).

No mesmo sentido, Salvaterra (2007) designa motivos como a impossibilidade de ter filhos biológicos e de solidariedade face a crianças privadas de uma família, enquanto motivações mais importantes à adoção.

Perante as motivações enunciadas, verifica-se que todas remetem para a importância da família como fator de bem-estar geral. Seja por questões relacionadas com a impossibilidade de ter filhos biológicos ou pela necessidade de ajudar, verifica-se o destaque atribuído à família enquanto principal determinante de realização implícito, nos dados recolhidos junto da amostra deste estudo.

5.3 Dificuldades sentidas no processo de adoção

Este terceiro objetivo visa perceber as dificuldades sentidas pelos participantes entrevistados relativamente ao processo de adoção, dada a sua relevância numa compreensão integral da adoção.

Deste modo, quando questionados sobre as dificuldades sentidas no processo de adoção, a grande maioria referiu o tempo de espera como consequência da extensão do processo, enquanto principal dificuldade sentida.

De facto, o tempo de espera surge como uma dificuldade identificada na bibliografia, mantendo-se presente ao longo do tempo. Face a este tempo de espera, os participantes referiram o surgimento do sentimento de impaciência. O tempo de espera da entrega da criança designa uma fonte de stresse e de ansiedade (Mateus & Relvas, 2002; Bicca & Grzybowski, 2014). Também Salvaterra e Veríssimo (2008) apontam que a incerteza do tempo necessário para a realização da adoção, resulta num efeito stressante. Assim, perante a dificuldade relativa ao tempo de espera, os participantes revelaram sentimentos de impaciência.

Não obstante a isto, houve no entanto casos em que os participantes referiram que não existiram dificuldades, correspondendo porém a uma minoria dos entrevistados.

5.4 Adaptação da criança e da família à mudança

O objetivo número quatro corresponde ao entendimento da adaptação da criança e da família à mudança e conseqüentemente, às suas repercussões. Esta mudança diz respeito à integração de um novo elemento na família, bem como a mudança de papéis das mães e pais adotivos, sendo lhes conferida a filiação da criança. Importa atender também neste ponto, à importância do meio envolvente no âmbito da adaptação à mudança.

Considere-se que, antes da adoção, algumas crianças passaram pela experiência de maus tratos, negligência ou abuso pela família biológica (podendo corresponder à razão que levou ao encaminhamento para a adoção) (Baptista, Soares, & Henriques, 2013). No mesmo sentido, para Salvaterra e Veríssimo (2008), as crianças encaminhadas para a adoção correspondem a crianças às quais os respetivos pais não foram capazes de fornecer um conjunto de cuidados necessários.

Partindo desta perspectiva, pretende-se perceber quais as dificuldades da criança e dos pais durante o período de adaptação à mudança da e para a nova estrutura familiar. Da análise da entrevista surgiram aspetos relativos às dificuldades e

necessidades da criança, aos facilitadores associados à criança, como a facilidade no reconhecimento dos elementos do sistema familiar, e a postura de gratidão perante os mesmos, verificados no período de adaptação da criança e ainda, as preocupações dos pais e mães e as alterações verificadas nas dinâmicas familiares.

As principais dificuldades da criança verificadas pelas mães e pais entrevistados, dizem respeito a questões relacionadas com comportamentos problemáticos, atrasos no desenvolvimento e, dificuldades no reconhecimento e aceitação da figura masculina.

Segundo Cain (2006) quando uma criança é privada da satisfação das suas necessidades básicas, a mesma desenvolve novos comportamentos, focando-se na satisfação das suas necessidades no modo que seja possível. Neste estudo, os comportamentos das crianças mais mencionados pelas mães e pais, dizem respeito a; comportamentos agressivos contra si próprio e, de agressividade contra os outros; comportamentos de manipulação, incluindo os casos em que tendo sido adotados irmãos, foram apontados comportamentos de manipulação da irmã mais velha sobre o irmão mais novo, comportamentos de provocação e ainda, comportamentos de mentir e esconder.

Neste sentido, considere-se a importância em compreender o propósito dos comportamentos da criança, sendo que comportamentos de evitação, agressão, indiferença, são comportamentos que a criança aprendeu a usar como meio de proteção num mundo que interiorizou como sendo ameaçador (Cain, 2006). O cuidado adverso precoce pode evidenciar um impacto ao nível da competência emocional da criança nomeadamente, na regulação e expressão das emoções e dos comportamentos derivados das suas emoções (Eisenberg, Cumberland & Spinrad, 1998, citado por Neil, 2012). Bee (1995, como citado por Maia & Williams, 2005) defende o importante papel da família na aquisição de comportamentos de socialização por parte da criança por intermédio do fornecimento de normas e regras com vista a adaptar o desempenho social da criança ao contexto onde se insere.

Tendencialmente, de acordo com a literatura, as crianças maltratadas ou que tenham sofrido negligência, evidenciam problemas inerentes a essa experiência nomeadamente, atrasos no desenvolvimento, atrasos no desenvolvimento da linguagem, baixos resultados académicos e, dificuldades no relacionamento interpessoal (Salvaterra, 2014). Barnett (1997, citado por Maia & Williams, 2005) reforça que esta experiência afeta uma grande pluralidade de domínios do desenvolvimento da criança nomeadamente na habilidade cognitiva, linguagem, desempenho académico e desenvolvimento social e emocional. De facto, foram ainda referidas dificuldades ao

nível escolar (desempenho acadêmico), comportamentos manifestos de desconfiança perante o adulto e finalmente, dificuldades de relação com os pares.

Aliado às dificuldades da criança, verificadas durante o período de adaptação, foi ainda referido pelos participantes entrevistados a necessidade da criança de afeto, atenção e disciplina. Vinke (2014) defende o papel preponderante da adoção enquanto meio de ajudar a criança a ultrapassar os resultados negativos das privações sofridas na infância e ainda, pelas falhas de vinculação. Sendo com isto essencial, que a nova família ajude a criança a ultrapassar as experiências adversas do passado, restabelecendo a confiança e a sua capacidade de autorregulação (Vinke, 2014).

Embora tenham sido mencionadas as dificuldades da criança e das mães e pais na adaptação à mudança, importa destacar a existência de facilitadores associados às crianças, referidos pelos participantes entrevistados e que remetem para questões como a facilidade da criança no reconhecimento dos elementos do sistema familiar e, a atitude de reconhecimento/gratidão da criança face às mães e pais adotantes. Estes comportamentos, facilitaram a adaptação positiva das crianças à família adotiva. Nalguns casos a adaptação das crianças à família foi caracterizada pelos participantes como sendo natural e positiva. Neste sentido, também a aceitação familiar foi muito positiva o que facilitou a adaptação do conjunto. Ressalta-se neste contexto, a importância atribuída ao papel dos avós, na medida em que auxiliam ao desenvolvimento do sentido de pertença da criança à nova família (Pitcher, 2009, citado por Barbosa-Ducharne & Barroso, 2012).

Face às dificuldades e necessidades das crianças, enunciadas pelas mães e pais, as mesmas manifestaram-se na sua maioria por sentimentos relacionados com sentimentos de angústia, desencontro entre a expectativa e a realidade e ainda, sentimentos de inquietação e compaixão.

Groza e Ryan (2002) referem que as dificuldades na família adotiva dizem respeito a processos normais de desenvolvimento, sendo que a integração da criança na família diz respeito a um processo contínuo, considerando um conjunto de transições e mudanças. Segundo Johnson (2002) a família adotiva é comparável com uma família biológica na sua capacidade de criar um ambiente que produz adultos competentes, que pode comemorar as alegrias e superar as adversidades da vida. Assim, quanto mais consistente for o ambiente, mais facilmente a criança adaptará o seu comportamento àquilo que se espera dela (Cain, 2006).

A este respeito, verificou-se segundo os relatos dos participantes alterações nas dinâmicas familiares, nomeadamente ao nível da mudança de rotinas, seguido do

aumento de responsabilidade por parte das mães e pais adotantes, sendo as mudanças dirigidas ao bem-estar da criança. Mateus e Relvas (2002) defende que o desenvolvimento das tarefas e da rotina diária desperta no casal o sentido de responsabilidade pelo bem-estar da criança. Com efeito, a parentalidade resulta em novos desafios, papéis e responsabilidades, evidenciando alterações ao nível de toda a dinâmica familiar (Mateus & Relvas, 2002). Atendendo às alterações na dinâmica familiar, verificou-se também o aparecimento de preocupações emergentes desta nova fase de adaptação familiar. Deste modo, foram reveladas por parte das mães e pais entrevistados, algumas preocupações face à criança, destacando-se preocupações relativas à formação pessoal e educação, estabilidade material e segurança afetiva e, autonomia, podendo verificar-se assim, uma preocupação pelo bem-estar da criança na medida em que as preocupações mencionadas dizem respeito aos aspetos também referidos no entendimento das mães e pais adotivos sobre o bem-estar da criança e o que é necessário para tal.

5.5 Estratégias utilizadas na adaptação da criança e da família à mudança

De acordo com o ponto anterior, é possível compreender que apesar das dificuldades das crianças referidas pelas mães e pais, a adaptação das crianças relativamente aos participantes neste estudo, é caracterizada como tendo sido positiva. Contudo, de modo a responder ao quinto objetivo deste estudo é essencial investigar quais as estratégias utilizadas pelas mães e pais no sentido de facilitar a adaptação da criança e da família à mudança.

Para tal, perante as dificuldades mencionadas, verificou-se a necessidade de perceber quais as estratégias utilizadas pelas mães e pais no sentido da criança ultrapassar as dificuldades referidas pelos mesmos. As principais estratégias utilizadas pelas mães e pais foram maioritariamente, a procura de ajuda técnica, nomeadamente junto de psicólogos, de professores, e de médico de família. Cain (2006) refere que o cuidador deve ser ajudado a compreender que os comportamentos da criança, resultam das experiências do passado, salientando-se a importância de uma interação positiva com a criança, ensinando-a a responder de modo adaptativo.

Neste contexto, as mães e pais referiram a importância de falar com a criança sobre a adoção, no sentido de não cortar com o passado. Pois, de acordo com Salvaterra e Veríssimo (2008) importa que as mães e pais forneçam à criança informação bem como o suporte para as questões relativas à adoção, que serão colocadas durante o seu desenvolvimento. Tendencialmente, as crianças adotadas

pensam sobre questões relacionadas com a sua família biológica, sobre o significado de ser adotado e perguntam a razão de terem sido adotados (Juffer, 2006; Wrobel & Dillon, 2009, citado por Neil, 2012).

Referiu-se também, a necessidade de manter uma postura calma e de acompanhamento dos filhos adotados. Desta forma, as mães e pais adotantes possibilitam à criança uma experiência reparadora no âmbito da sua competência emocional, reforçando os sentimentos da criança de modo empático e sensível (Eisenberg et al., 1998, citado por Neil, 2012). Roberson (2006) defende que os pais adotivos têm a tarefa de facilitar uma adoção bem-sucedida através da utilização de estratégias de cuidado que promovam um bom ajustamento e uma vinculação segura. Foi ainda, referida a presença de uma atitude positiva relativamente à criança, mesmo perante comportamentos de provocação da mesma. A realização de atividades de convívio com os restantes familiares, foi outra estratégia que favoreceu o estabelecimento das relações familiares. De acordo com Ainsworth et al. (1974, citado por Baptista et al., 2013) importa que as mães e pais tenham sensibilidade e competência com vista a entender os sinais da criança devolvendo-lhe uma resposta adequada e imediata.

Conclusão

O bem-estar é efetivamente sinónimo de busca, representando a ambição comum aos sujeitos, sendo que todo o ser humano procura o seu bem-estar.

À luz da perspectiva de Bronfenbrenner (1979, 2005, citado por Sylvestre & Mérette, 2010) o desenvolvimento humano resulta da complexa interação entre os fatores biológico, psicológico e ambiental. Dada a complexa ecologia da qual resulta o desenvolvimento humano, importa atender ao seu ambiente, àquilo que o envolve e o torna único na formação da sua identidade e vivência. Além de outros, Sylvestre e Mérette (2010) referem que os fatores ambientais dizem respeito também às características pessoais das mães, à situação económica da família e à qualidade das relações familiares.

A família assume de facto, um papel preponderante no âmbito do desenvolvimento humano, consistindo o pressuposto pelo qual este estudo é orientado. Salvaterra (2007) refere que o desenvolvimento equilibrado da criança pressupõe uma relação parental de qualidade. Neste sentido, consideram-se as situações em que a família não assegura as condições necessárias ao bem-estar da criança, como sendo aquelas que favorecem a adoção. É nesta lógica que se considera a função da adoção, caracterizada como um fenómeno à escala mundial, que procura oferecer à criança uma nova família de carácter permanente (Vinke, 2014).

A associação dos conceitos de bem-estar e adoção, promove o encontro de duas realidades cuja relação é inerente a qualquer dinâmica familiar. Assim, procurou-se, junto da realidade da família adotiva, perceber de que modo os dois conceitos se associam, resultando num sinal de esperança mesmo perante a adversidade do passado das crianças. Com efeito, as mães e pais entrevistados neste estudo evidenciaram na sua maioria, uma consciência sobre a necessidade de afeto, atenção e estabilidade para o bem-estar da criança. De acordo com Gondim et al. (2008) o conforto e afeto fornecido pela família resultam numa base importante ao desenvolvimento da criança.

Perante a importância do papel da família, a adoção, assume um carácter essencial, garantindo à criança o direito a ter uma família (Gondim et al., 2008). Neste sentido, Matias (2014) associa a adoção a duas realidades cuja união é manifestada pelo desejo da criança a ter uma família, e da família a ter uma criança. Atualmente, a adoção é entendida como um meio de constituição familiar, podendo o resultado ser tão satisfatório como a filiação biológica (Schettini et al., 2006).

O recurso à decisão de adotar pode, segundo Gondim et al. (2008) justificar-se por vários motivos. Neste estudo, os principais motivos dos participantes dizem respeito à impossibilidade de ter filhos, e à necessidade de ajudar. Desta necessidade, surge a vontade de adotar que pode relacionar-se com uma perspetiva de altruísmo na motivação para a adoção.

Relativamente ao processo da adoção, importa referir ainda, a experiência de situações de stresse no âmbito da constituição da família adotiva (Mateus & Relvas, 2002). Neste sentido, o tempo de espera pela entrega da criança, a imprevisibilidade do tempo que vai durar e os procedimentos legais, constituem-se como questões geradoras de stresse (Mateus & Relvas, 2002). De facto, a extensão do processo que abarca o tempo de espera, foi considerado por alguns participantes deste estudo como uma das principais dificuldades do processo de adoção, constituindo também uma fonte geradora de sentimentos de impaciência.

Além da observação sobre o processo de adoção, importa considerar ainda a importância da transição para a parentalidade psicológica. Segundo Mateus e Relvas (2002), a parentalidade psicológica não é dependente de uma relação biológica, sendo que a quantidade e qualidade de tempo que os pais dedicam à criança é essencial para que os pais se tornem pais psicológicos. O que significa que, a presença e cuidado no crescimento e desenvolvimento da criança remete para o aspeto mais importante de todo o processo (Mateus & Relvas, 2002).

Quanto ao entendimento das mães e pais sobre o bem-estar da criança, e considerando que as crianças encaminhadas para a adoção demonstram necessidades básicas, como a necessidade de amor e segurança (Salvaterra, 2014), a consciência da importância destes elementos remete para a adoção enquanto medida de bem-estar para a criança. Deste modo, pode-se verificar que como resposta ao primeiro objetivo o entendimento das mães e pais adotantes entrevistados sobre o bem-estar da criança coincide com o conceito referido na literatura.

Van IJzendoorn & Juffer (2006, citado por Baptista et al., 2013) designam que algumas crianças adotadas foram institucionalizadas em contextos não responsivos, prejudicando o seu desenvolvimento nomeadamente no seu crescimento e desenvolvimento físico, cognitivo e emocional.

Embora Gleitman e Savaya (2011) refiram que nem todas as instituições se definem pela privação de cuidados à criança, Baptista et al. (2013) considera que tendencialmente, as instituições não promovem os cuidados suficientes à criança, no sentido de satisfazer as suas necessidades de proteção, afeto e exploração do

ambiente. Desta feita, de acordo com Salvaterra (2014), a institucionalização da criança não é suficientemente reparadora, sendo fundamental a sua integração num contexto familiar pautado por proteção e amor.

Segundo Baptista et al. (2013), estudos anteriores revelam que a transição da criança para um contexto familiar, traz consigo uma possibilidade de recuperação em diferentes domínios do funcionamento da criança. Salvaterra (2014) ressalta que as crianças com passado de experiência de negligência ou maus-tratos evidenciam tendencialmente, consequências de ordem orgânica e psicológica. A este respeito, importa considerar a manifestação de problemas no desenvolvimento físico, cognitivo, social e atrasos no desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento da linguagem e dificuldades académicas (Salvaterra, 2014).

De acordo com os dados recolhidos neste estudo, verificamos a presença destas questões nomeadamente, ao nível das dificuldades das crianças (durante o período de adaptação), referidas pelas mães e pais entrevistados. De facto, a tendência referida pela autora acima mencionada mantém-se, o que confere a pertinência da adoção no sentido de proporcionar bem-estar à criança, na medida em que esta pode possibilitar à criança a satisfação das suas necessidades básicas de segurança, afeto e estimulação essencial ao seu desenvolvimento.

O período de adaptação acarreta um conjunto de características que provocam alguns desafios à família adotiva (Bicca e Grzybowski, 2014). Ao reunir os relatos relativamente a este período, percebe-se a emergência de alteração de rotinas. A criança passa a ser o foco das dinâmicas familiares, sendo estas adaptadas no sentido de fornecer o bem-estar à criança.

Brodzinsky, Smith, & Brodzinsky (1998, citado por Salvaterra & Veríssimo, 2008) salientam a função dos pais adotivos em facilitar a integração da criança na família, com vista ao desenvolvimento do sentimento de segurança e confiança, considerados fulcrais ao desenvolvimento psicológico da criança. Neste sentido, Roberson (2006) salienta a importância da utilização de estratégias de cuidado com vista a promover um ajustamento positivo e uma vinculação segura. De acordo com as estratégias referidas pelas mães e pais entrevistados, é possível perceber a importância da formação de profissionais sobre a questão da adoção e as repercussões dado o recurso ao apoio e acompanhamento técnico. A formação de profissionais e o conhecimento aprofundado nesta área evidencia um meio de auxílio nas dificuldades sentidas pelas mães e pais adotantes, facilitando assim a adaptação da criança e da família à mudança, assente numa perspetiva de bem-estar da criança.

Não obstante, considerando até à data que todos os casos relativos aos participantes do presente estudo, são casos de sucesso adaptativo, é possível concluir que as estratégias referidas pelos participantes são eficazes no âmbito da adaptação da criança. Destaca-se portanto, a procura de ajuda técnica especializada; a opção por conversar com a criança sobre a questão da sua adoção no sentido de não cortar com o seu passado; a adoção de uma postura calma e de acompanhamento da criança; atitude positiva relativamente à criança perante os seus comportamentos de provocação e, o desenvolvimento de atividades de convívio, como o incentivo de atividades com os elementos da família alargada.

Para finalizar, de acordo com os resultados obtidos, é possível concluir pela resposta aos objetivos propostos para este estudo, uma vez que o seu carácter exploratório possibilitou a reunião de um conjunto de dados que na sua maioria corresponde à revisão de literatura apresentada.

De acordo com o que fora mencionado anteriormente, verifica-se a importância dada à formação especializada sobre todas as questões inerentes à adoção, na medida em que a ajuda técnica constituiu, segundo alguns participantes, um meio de auxiliar o crescimento e desenvolvimento da família adotiva. Assim, justifica-se a pertinência em estudar a adoção e a sua importância no que diz respeito ao bem-estar da criança. Pois, de um modo geral, a adoção acarreta consigo a vida da criança, o seu desejo de felicidade que coloca o direito da criança a ter uma família, num lugar privilegiado (Matias, 2014).

Futuramente, seria interessante estudar as diferenças adaptativas de crianças em função da idade em que foram adotadas. Importa, ainda, ressaltar a existência de algumas limitações como, o facto de não se recolherem dados junto da perspetiva das crianças, uma vez que se salientou a importância do bem-estar subjetivo no enquadramento teórico deste estudo e ainda, as variações na idade da criança quando adotada, o que se justifica pela dificuldade em constituir uma amostra cuja idade das crianças fosse a mesma. Não se contemplam ainda, a avaliação das características das mães e pais adotantes participantes neste estudo, nem as causas que levaram ao encaminhamento da criança para a adoção.

Perante a crescente preocupação pelo bem-estar da criança, importa salientar o papel preponderante da adoção, o que justifica a necessidade de continuar a investigar sobre o tema e suas repercussões.

Referências

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto
- Alfaiate, A. R. (2014). Apadrinhamento Civil: Aspectos essenciais do seu regime jurídico. In M. Matias, & M. Paulino, (Eds.) *A Criança no processo de adoção* (pp. 89-100). Estoril: Prime Books
- Baptista, J., Soares, I., & Henriques, M. (2013). Recuperação desenvolvimental após a Adoção: características da criança e da família adotiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26 (2), 396-404
- Barbosa-Ducharne, M., & Barroso, R. (2012). Análise intergeracional do processo de Adoção: Avós, pais e filhos. *Revista Amazônica*, 5 (VIII), 183-207
- Barcons, N., Abrines, N., Brun, C., Sartini, C., Fumadó, V., & Marre, D. (2012). Social Relationships in children from intercountry adoption. *Children and Youth Services Review*, 34, 955-961. doi:10.1016/j.childyouth.2012.01.028
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trad.) Lisboa: Edições 70, Lda. (Obra original publicada em 1977)
- Barudy, J. (1998). *El dolor invisible de la infancia: Una lectura ecosistémica del Maltrato infantil*. Barcelona: Paidós
- Bicca, A., & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7 (2), 155-167. doi:10.4013/ctc.2014.72.04
- Borges, I. C. N. (2010). *Qualidade da parentalidade e bem-estar da criança* (Tese de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Coimbra. Coimbra
- Brodzinsky, D. M., Singer, L. M., & Braff, A. M. (1984). Children's understanding of Adoption. *Child Development* 55, 869-878.

- Cain, C. S. (2006). Attachment disorders: Treatment strategies for traumatized children. Jason Aronson Publishing. USA
- Capelo, V., & Carinhas, V. (2011). Espaço da família – Programa de formação parental. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco – A família no centro da intervenção* (pp. 149-173). Cascais: Príncípia.
- Cecconello, A. M., Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54
- Centre for Parenting & Research CPR (2006). The importance of attachment in the lives of foster children: Key messages from research.
- Centro de Estudos Innocenti (2007). Pobreza infantil em perspetiva: Visão de conjunto do bem-estar da criança nos países ricos. *Innocenti Report Card*, 7
- Centro de Estudos Judiciários (2015). Adoção. *Coleção de Formação Continua*. Retirado de: www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Adocao.pdf
- Chase-Lansdale, P. L., Wakschlag, L. S., & Brooks-Gunn, J. (1995). A psychological perspective on the development of caring in children and youth: the role of the family. *Journal of Adolescence*, 18, 515-556.
- Cohen, N., & Arieli, T. (2011). Field research in conflict environments: Methodological challenges and snowball sampling. *Journal of Peace Research*, 48 (4), 423-435
- Crea, T. M., Chan, K., & Barth, R. P. (2013). Family environment and attention-deficit/hyperactivity disorder in adopted children: associations with family cohesion and adaptability. *Child: care, health and development*, 40, 6, 853-862. doi: 10.1111/cch.12112
- Custódio, S., & Cruz, O. (2008). As representações mentais das crianças acerca das figuras parentais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24 (4), 393-405

- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica – O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156.
- Diener, Ed. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 95 (3), 542-575
- Dierendonck, D., Díaz, D., Rodríguez-Carvajal, R., Blanco, A., & Moreno-Jiménez, B. (2008). Ryff's six-factor model of psychological well-being, a spanish exploration. *Social Indicators Research* 87, 473-479
- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: Altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (1), 73-80.
- Escobar, M. J., & Santelices, M. P. (2013). Attachment in adopted adolescents. National adoption in Chile. *Children and Youth Services Review*, 35, 488-492.
- Fernandes, L., Mendes, A., & Teixeira, A. (2013). A Weighted multidimensional index of Child well-being which incorporates children's individual perceptions. *Social Indicators Research* 114, 803-82. doi: 10.1007/s11205-012-0174-x
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor – Projetos e Edições, Lda.
- Font, S. A. (2015). Are children safer with kin? A comparison of maltreatment risk in out-of-home Care. *Children and Youth Services Review*, 54, 20-29. doi.org/10.1016/j.chilyouth.2015.04.012
- Giacomoni, C. H. (2004). Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. *Temas em Psicologia – sociedade brasileira de psicologia*, 12 (1), 43-50
- Gleitman, I., & Savaya, R. (2011). Adjustment of adolescent adoptees: The role of age of adoption And exposure to pre-adoption stressors. *Children and Youth Services Review*, 33, 758-766. doi:10.1016/j.chilyouth.2010.11.020

- Gleitman, H., Fridlund, A. J., & Reisberg, D. (2014). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1981)
- Goldman, G. D., & Ryan, S. D. (2011). Direct and modifying influences of selected risk factors on children's pre-adoption functioning and post-adoption adjustment. *Children and youth services review*, 33, 291-300
- Gondim, A. K., Crispim, C. S., Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Cabral de Brito, T. M., Brito de Oliveira, U., & Nakano, T. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, LVIII (129), 161-170
- Gorman, D. (2010). Maslow's Hierarchy and Social and Emotional Wellbeing. *Aboriginal & Islander health worker journal*, 34 (1)
- Goswami, H. (2012). Social Relationships and Children's Subjective Well-Being. *Social Indicators Research*, 107, 575-588. doi:10.1007/s11205-011-9864-z
- Groza, V., & Ryan, S. D. (2002). Pre-adoption stress and its association with child Behavior in domestic special needs and international adoptions. *Psychoneuroendocrinology*, 27, 181-197.
- Huta, V., & Ryan, R. M. (2010). Pursuing Pleasure or Virtue: The Differential and Overlapping Well-Being of Hedonic and Eudaimonic Motives. *Journal of Happiness Studies*, 11, 735-762. doi:10.1007/s10902-009-9171-4
- Huta, V., & Waterman, A. S. (2014). Eudaimonia and Its Distinction from Hedonia: Developing a Classification and Terminology for Understanding Conceptual and Operational Definitions. *Journal of Happiness Studies*, 15, 1425-1456. doi:10.1007/s10902-013-9485-0
- Instituto da Segurança Social, IP (2006). Guia Prático – Adoção, Instituto da Segurança Social, I.P. Retirado de: www.seg-social.pt/documents/10152/24032/adocao/eda1d840-7306-49b7-a699-cbfa9d8d604c.

- Jiang, X., Kosher, H., Ben-Arieh, A., & Huebner, E. S. (2014). Children's Rights, School Psychology, and Well-Being Assessments. *Social Indicators Research*, 117, 179-193. doi:10.1007/s11205-013-0343-6
- Johnson, D. E. (2002). Adoption and the effect on children's development. *Early Human Development*, 68, 39-54.
- Jones, A. S., LaLiberte, T., & Piescher, K. N. (2015). Defining and strengthening child well-being in child protection. *Children and Youth Services Review*, 54, 57-70. doi.org/10.1016/j.chidyouth.2015.05.001
- Keyes, C. L. M., & Annas, J. (2009). Feeling good and functioning well: distinctive concepts in Ancient philosophy and contemporary science. *The Journal of Positive Psychology*, 4, (3) 197-201. doi: 10.1080/17439760902844228
- Kickbusch, I. (2012). *Aprender para o Bem-Estar: Uma prioridade política para crianças e jovens na Europa. Um processo de mudança*. Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 2012)
- Lambert, L., Passmore, H., & Holder, M. D. (2015). Foundational Frameworks of Positive Psychology: Mapping Well-Being Orientations. *Canadian Psychology*, 56 (3), 311-321. doi.org/10.1037/cap0000033
- Leandro, A. (2014). O superior interesse da criança na adoção. In M. Matias, & M. Paulino, (Eds.) *A Criança no processo de adoção* (pp. 80-88). Estoril: Prime Books
- Lima, J. A. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista portuguesa de pedagogia*, 47 (1), 7-29
- Machado, W. L., & Bandeira, D. R. (2012). Bem-estar psicológico: definição, avaliação e principais correlatos. *Estudos de Psicologia*, 29 (4), 587-595

- Mahl, F. D., Jaeger, F. P., Patias, N. D., & Dias, A. C. G. (2011). O luto da gravidez perdida: Infertilidade x adoção. *Revista de Psicologia* 5 (14).
- Maia, J. M. D., & Williams, L. C. A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia* 13 (2), 91-103
- Mateus, G., & Relvas, A. P. (2002). Adopção e parentalidade. In A. P. Relvas, & M. Alarcão, (Coords.) *Novas formas de família* (pp. 121-187). Coimbra: Quarteto
- Matias, M. (2014). A adoção: uma janela aberta. In M. Matias, & M. Paulino, (Eds.) *A Criança no processo de adoção* (pp. 60-66). Estoril: Prime Books
- McCusker, K., & Gunaydin, S. (2015). Research using qualitative, quantitative or mixed Methods and choice based on the research. *Perfusion*, 30 (7), 537-542
- Moe, B. A. (2007). *Adoption: a reference handbook*. California: ABC-CLIO, Inc.
- Neil, E. (2012). Making sense of adoption: Integration and differentiation from the perspective of adopted children in middle childhood. *Children and Youth Services Review*, 34, 409-416. doi:10.1016/j.childyouth.2011.11.011
- Oliveira, C. (2014). O processo de adoção em Portugal: Perspetivas de Magistrados e Assistentes Sociais. In M. Matias, & M. Paulino, (Eds.) *A Criança no processo de adoção* (pp. 101-115). Estoril: Prime Books
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012). Adoção Suficientemente Boa: Experiência de um Casal com Filhos Biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28 (1), 55-63
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2009). *O mundo da criança – da infância à adolescência*. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Obra original publicada em 2008).

- Pereira, D., & Alarcão, M. (2010). Avaliação da parentalidade no quadro da proteção à Infância. *Temas em Psicologia*, 18 (2), 499-517.
- Peyron, A., Krouch, T., Lecamus, S., & Poinso, F. (in press). Quand une famille adoptante a déjà un enfant biologique: un accès à la parentalité adoptive différent. *Neuropsychiatrie de l'enfance et de l'adolescence*. Retirado de <http://dx.doi.org/10.1016/j.neurenf.2015.09.002>
- Raghavan, R., & Alexandrova, A. (2015). Toward a Theory of Child Well-Being. *Social Indicators Research*, 121, 887-902. doi:10.1007/s11205-014-0665-z
- Roberson, K. C. (2006). Attachment and caregiving behavioral systems in intercountry adoption: A literature review. *Children and Youth Services Review*, 28, 727-740. doi:10.1016/j.chilyouth.2005.07.008
- Ruquoy, D. (2005). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In L. Albarello, F. Digneffe, J. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, & P. Saint-Georges (Eds.) *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (pp. 84-116). Lisboa: Gradiva (Obra original publicada em 1995).
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2001). On Happiness and Human Potentials: A Review of Research on Hedonic and Eudaimonic Well-Being. *Annual Review Psychology*, 52,141-66.
- Ryff, C. (2014). Psychological well-being revisited: Advances in the science and practice of eudaimonia. *Psychother Psychosom*, 83, 10-28. doi: 10.1159/000353263
- Salvaterra, M. F. (2007). *Vinculação e adoção*. (Tese de Doutoramento). Universidade Nova de Lisboa. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Lisboa
- Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adoção: O direito e os afectos. Caracterização das famílias adoptivas do Distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 3 (XXVI), 501-517.

- Salvaterra, F. (2014). Normalidade ou “excepcionalidade”? – O estado da arte na seleção Dos candidatos. In M. Matias, & M. Paulino, (Eds.) *A Criança no processo de adoção* (pp. 67-77). Estoril: Prime Books
- Salvaterra, F. (2015). A intervenção dos Organismos de Segurança Social no processo de adoção – práticas e constrangimentos. In Centro de Estudos Judiciários. *A Adoção* (pp. 173-182). *Coleção de Formação Continua*. Retirado de: www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Adocao.pdf Acedido em: 25 fevereiro 2016
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: Identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11 (2) 285-293
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010). Sustentabilidade dos afetos: Notas sobre a conjugalidade como dimensão de análise da família na contemporaneidade. *Psychologica*, 53, 259-274
- Stefano, G. D., & Cry, F. (2014). Child adjustment following parental separation: The role of maternal well-being, parenting quality, and household income. *Journal of Child Custody*, 11, 5-24
- Sylvestre, A. & Mérette, C. (2010). Language delay in severely neglected children: A cumulative or specific effect of risk factors? *Child Abuse & Neglect*, 34, 414-428
- Tomás, C. & Fonseca, D. (2004). Crianças em Perigo: O Papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal. *Revista de Ciências Sociais*, 47 (2), 383-408
- Tribuna, F., & Relvas, A. P. (2002). Famílias de acolhimento e vinculação na Adolescência. In A. P. Relvas, & M. Alarcão, (Coords.) *Novas formas de família* (pp. 53-119). Coimbra: Quarteto
- Tyebjee, T. (2003). Attitude, Interest, and Motivation for Adoption and Foster Care. *Child Welfare League of America*, LXXXII, 6.

- Van den Dries, L., Juffer, F., van IJzendoorn, M. H., & Bakermans-Kranenburg (2009). Fostering security? A meta-analysis of attachment in adopted children. *Children and Youth Services Review*, 31, 410-421. doi:10.1016/j.chidyouth.2008.09.008
- Vaz, C. P., & Relvas, A. P. (2002). Monoparentalidade: Uma família à parte ou parte de uma família?. In A. P. Relvas, & M. Alarcão, (Coords.) *Novas formas de família* (pp. 245-298). Coimbra: Quarteto
- Vinke, A. J. G. (2014). Adoção, vinculação e neurobiologia: Algumas reflexões sobre a teoria e a prática. In M. Matias, & M. Paulino, (Eds.) *A Criança no processo de adoção* (pp. 135-155). Estoril: Prime Books
- Willig, C. (2001). *Introducing qualitative research in psychology. Adventures in theory and method*. Open University Press. Buckingham. Philadelphia
- World Health Organization (2006). Mental health and psychosocial well-being among children in severe food shortage situations. *Mental health: Evidence and research department of mental health and substance abuse*. Retirado de: www.who.int/nutrition/publications/emergencies/mental_health_food_shortage_children_en.pdf?ua=1
- World Health Organization, & Gulbenkian Global Mental Health Platform (2015). *Promoting rights and community living for children with psychosocial disabilities*. Geneva: World Health Organization. Retirado de: apps.who.int/iris/bitstream/10665/184033/1/9789241565004_eng.pdf
- Yin, R. K. (2011). *Qualitative research from start to finish*. New York: The Guilford press.
- Zill, N., & Bramlett, M. D. (2014). Health and well-being of children adopted from foster care. *Children and Youth Services Review*, 40, 29-40. doi.org/10.1016/j.chidyouth.2014.02.008

Legislação consultada

Convenção sobre os Direitos da Criança. Retirado de:

www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Decreto-Lei n.º 120/98, de 8 de maio. *Diário da República n.º 106 – Série 1*. Ministério da Justiça. Lisboa

Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto. Altera o Código Civil, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção. *Diário da República n.º 193 – Série A*. Lisboa

Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto. *Lei de Bases dos Sistema Educativo*. Lisboa

Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. *Diário da República n.º175- Série 1*. Lisboa

Lei n.º 143/2015 de 8 de setembro. *Diário da República n.º175-Série 1*. Lisboa

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro. *Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo*

ANEXOS

Anexo I – Guião de Entrevista Semiestruturada

Blocos temáticos	Objetivos específicos	Questões
<p style="text-align: center;">Bloco A: Legitimação da entrevista</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimar a entrevista. • Justificar o tema e a entrevista. • Incentivar a colaboração do/a entrevistado/a. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da entrevistadora. • Informar o/a entrevistado/a sobre: <ul style="list-style-type: none"> ○ Tema; ○ Objetivos do estudo; ○ Responsáveis, ○ Metodologia ○ Apresentação/divulgação dos dados. • Solicitar a colaboração do/a entrevistado/a, para a consecução do estudo a realizar. • Informar o/a entrevistado/a, acerca dos principais objetivos da entrevista. • Assegurar a confidencialidade e o anonimato. • Solicitar autorização para gravação áudio da entrevista. • Colocar a gravação/transcrição da entrevista à disposição do/a entrevistado/a.
<p style="text-align: center;">Bloco B: Caracterização sociodemográfica do/a entrevistado/a</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar o/a entrevistado/a 	<ul style="list-style-type: none"> • Dados do Questionário Sociodemográfico - Caracterização do entrevistado: <ul style="list-style-type: none"> ○ Sexo ○ Idade ○ Estado Civil ○ Habilitações Académicas ○ Há quanto tempo adotou a criança? ○ Idade da criança quando adotada
<p style="text-align: center;">Bloco C:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber o entendimento das mães e pais 	<p style="text-align: center;">Questões: 1, 2</p>

<p>Perspetiva das mães e pais entrevistados sobre o bem-estar da criança</p>	<p>adotantes sobre o bem-estar da criança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar de que modo as mães e pais consideram importante o papel da família no bem-estar da criança 	
<p>Bloco D: Motivações e maiores dificuldades sentidas no processo de adoção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as motivações que levaram à adoção • Perceber as principais dificuldades sentidas pela família no processo de adoção • Identificar os sentimentos associados às dificuldades sentidas 	<p>Questões: 3, 4,</p>
<p>Bloco E: Adaptação da criança e da família à mudança e principais alterações na dinâmica familiar, no sentido de proporcionar o desenvolvimento e bem-estar à criança</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a adaptação da criança e da família à mudança • Identificar quais as dificuldades e necessidades da criança percebidas pela família adotante, no período de adaptação à mudança • Perceber as principais alterações na dinâmica familiar 	<p>Questões: 5, 6, 7, 8, 9</p>
<p>Bloco F: Estratégias utilizadas na integração da criança</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as principais estratégias utilizadas com vista a integrar a criança na família adotante 	<p>Questões: 10</p>

Bloco G: Agradecimentos e Finalização	<ul style="list-style-type: none"> Finalizar a participação no estudo 	<ul style="list-style-type: none"> Agradecer a participação e colaboração do participante na recolha de dados do estudo.

Questões:

1. O que considera necessário para o bem-estar de uma criança?
2. De que modo acha que a sua família tem sido importante para proporcionar o bem-estar do filho adotado (da criança)?
3. O que é que o motivou a adotar uma criança?
4. Quais foram as principais dificuldades que sentiu durante o processo de adoção?
5. Quais foram as principais dificuldades que sentiu durante o processo de adaptação da criança?
6. Como se sentiu em relação a essas dificuldades?
7. Na etapa inicial que dificuldades verificou na adaptação da criança à família?
8. Quais são as suas principais preocupações relativamente à criança?
9. Com a vinda desta criança, o que se alterou na família?
10. O que fez para facilitar a integração da criança na família?

Anexo II – Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Data: __/__/__

Número: _____

Confirmando que, aceito participar voluntariamente no estudo de investigação com vista a recolher dados para a Dissertação de Mestrado da estudante de Psicologia da Educação, Nádía Raquel Proença Ramos, orientada pela Prof.^a Doutora Heldemerina Pires, da Universidade de Évora.

A investigação tem como objetivo perceber de que modo a adoção contribui para o bem-estar da criança através da perspectiva dos pais adotivos, sendo utilizada na recolha de dados, uma entrevista semi-estruturada.

No sentido de facilitar a recolha e análise de dados, a entrevista será gravada, garantindo-se a confidencialidade dos dados sendo utilizados apenas para efeitos da investigação, pelo que se salvaguarda a identidade de todos os participantes. O tempo previsto de duração da entrevista é de cerca de 30 minutos. Não existem respostas erradas, sendo todas pertinentes para o estudo.

Atente-se ainda que, a participação nesta investigação não implica qualquer custo financeiro ou dano de ordem física ou psicológica. O carácter voluntário da investigação possibilita que não concorde em participar ou que se retire no momento em que entender.

Muito obrigada pela sua colaboração e ajuda na recolha de dados.

(Assinatura da Investigadora)

(Assinatura do Participante)

Anexo III – Exemplo de entrevista

Nádia: O que é que considera necessário, para o bem-estar da criança?

E6: A atenção dos pais, o carinho, a boa alimentação, a boa escola, tudo é importante.

Nádia: De que modo é que acha que a sua família, quando digo família são os seus pais, sogros... os mais próximos, de que modo é que acha que a sua família tem sido importante para proporcionar o bem-estar do seu filho, dos seus filhos adotados, neste caso?

E6: Tem sido essenciais porque no meu trabalho, eu trabalho muitas horas por dia e os meus pais e, a minha sogra principalmente tem sido uma fonte! Têm sido essenciais porque a maior parte das vezes vão levá-los à escola, vão buscá-los e então, são o meu braço direito na educação deles também.

Nádia: O que é que a motivou, a adotar as crianças?

E6: Eu sempre tive essa ideia! Sempre. Aliás, quando comecei a namorar com o meu marido, foi uma das primeiras conversas que nós tivemos, que gostava de ter um filho biológico, e um adotado. É curioso que ele também me disse o mesmo! Tínhamos a mesma ideia! Gostamos imenso de crianças. Depois mais tarde, aconteceu infelizmente, tive um problema de saúde e não posso ter bebés. Mas assim que soube, decidimos logo pôr os papéis para a adoção porque já tínhamos a ideia e assim, olhe foi mais rápido!

Nádia: Quais foram, as principais dificuldades que sentiu durante o processo de adoção?

E6: Não, não houve dificuldades! Até foi bastante rápido! Desde que fizemos o pedido, passado uns meses, fomos logo contactados para começar a tratar das papeladas essenciais, vieram logo fazer uma visita cá a casa. Entretanto, eu soube mais ou menos a data da visita, fiz logo o quartinho para a criança, que na altura pensávamos ser só uma criança, depois mais tarde, adaptámos o quarto para os dois, para ficarem juntos para não haver medos. Uma vez que estavam sempre juntos. E quando vieram cá a casa, já estava tudo preparado eu acho que isso também acabou por ser um incentivo para o processo andar mais depressa. Pronto, tínhamos as condições todas. Entretanto fomos chamados logo para a entrevista psicológica, foi rápido! (...)

Nádia: Quais foram, as principais dificuldades que sentiu durante o processo de adaptação das crianças?

E6: Nos primeiros dias foi tudo espetacular! Eles vinham desertos para vir para casa, queriam estar com os pais. Aliás, chamaram-nos logo pai e mãe no primeiro dia que nos

viram, foi uma sensação mágica! (...) Depois cá em casa, comecei a conhecê-los! O mais novo, o menino, entregou-se mais facilmente, a menina, foi mais difícil! A menina, pronto tinha outra cabecinha, já era mais velha, ela é que era sempre responsável pelo irmão, na instituição já lhe diziam para ela tomar conta do irmão, e ela trazia essa responsabilidade! Então ela era quase mãe dele! (...) Ela é mais velha, eles só têm onze meses de diferença. Portanto ela queria mandar nele, ela é que sabia, ela acabava por metê-lo um bocadinho abaixo! (...) Depois comecei a aperceber-me de certas atitudes com os brinquedos, que era um bocadinho agressiva com os bonecos, com o irmão muitas vezes também! Mas pronto, com o tempo, ela foi aprendendo a acalmar mais um bocadinho. Pronto! Mas tinha atitudes muito complicadas! É importante ver que estas crianças já trazem um passado, e acabam por aprender estas coisas com os mais velhos da instituição! (...) Depois é assim, a maior parte das instituições têm uma pessoa a dirigir, e depois as auxiliares aquilo é rotativo, aquelas crianças acabam por nunca ter uma pessoa a quem se agarrar afetivamente! Hoje é uma auxiliar, amanhã já é outra! De manhã está uma pessoa, há tarde já está outra. Eles acabam por não fazer laços! E então acho que nesse sentido, depois quando há esta parte da adoção, é mais difícil de se entregarem aos pais!

Nádia: Acha que o desenvolvimento estava ainda...

E6: Muito atrasado!!! (...) Pronto, havia ali qualquer coisa, pronto um bocadinho de negligência! Não sei se da parte das auxiliares. As crianças quase que não conheciam a comida! Eu quando comecei a cozinhar, eles não conheciam nada do que estavam a comer! Eu tive que introduzir tudo de novo! Eu tive que ensinar tudo como se fossem dois bebés! A vestirem-se, a lavarem-se, a lavarem os dentes, quer dizer, eles não eram bebés, mas foram bebés! Eram bebés grandes! Mas eram bebés, não falavam nada com jeito, as palavras eram mal pronunciadas, tive que lhes ensinar tudo! Acabou por ser mágico por um lado, porque eu tive que ensinar tudo, tudo, tudo! Dava banhos, pronto enfim! (emoção) Mas foi a melhor coisa que me aconteceu! Os meus filhos é a melhor coisa que me aconteceu, apesar das dificuldades da menina que agora, gradualmente vai melhorando porque ainda tem algumas coisas para limar!

Nádia: Como é que se sentiu em relação a essas dificuldades?

E6: Pronto, eu fiquei muito sensibilizada porque ver uma criança que já passou por coisas tão pequenina, não é fácil! E tive vontade de ir lá buscar os outros todos! Eu se tivesse posses, adotava mais crianças, sem dúvida nenhuma! Ou abria uma instituição, sei lá...

Nádia: Na etapa inicial, portanto na adaptação a criança, que dificuldades verificou na adaptação da criança à família neste caso?

E6: Essa parte até foi fácil! São os dois muito queridos, começaram logo a tratar a pessoas por nome, avó, avô, tio, tia, os mais próximos! Lindamente! Ficaram bem em casa deles, nunca estranharam as pessoas, só depois naquela parte de obedecer, é que tinham mais respeito ao pai e à mãe, aos avós era um bocadinho mais à larga!

Nádia: Quais é que são, as suas principais preocupações em relação às crianças adotadas?

E6: Primeiro que elas se sintam felizes e que sintam que têm um pai e uma mãe que os ama! E têm! E que se sintam seguras principalmente, a segurança acho que é o essencial!

Nádia: O que é que fez, para facilitar a integração das crianças na família?

E6: Eles têm tanta carência de afeto, que eles absorvem-nos! A nós e a quem nos rodeia! Eles querem atenção! Eles querem chamar à atenção, querem ser desejados, querem ser acarinhados!

Nádia: Com a vinda destas crianças, o que é que se alterou na família, na dinâmica da família?

E6: Tudo! O dia-a-dia! É uma azáfama! Somos mais felizes, obviamente! Até os animais cá da casa adoram as crianças. É mágico, não sei explicar! (...) Até mesmo o trabalho, uma pessoa anda saturada do trabalho mas dizemos assim, "Isto é para, os nossos filhos!" Tudo compensa! É a nossa razão de viver!

Nádia: Como é que as crianças lidam com o fato de serem adotadas?

E6: Naturalmente! Muito naturalmente. Aliás eu todos os dias fazia questão de falar nisso. (...) Para eles é natural, e eu faço questão que eles continuem a achar que é natural! Eles sabem que têm um passado! E é importante que eles saibam, nunca esconder! É importante falar nisso no dia-a-dia, normal, como se fosse uma coisa normal! Quando eles quiserem saber de onde é que vieram, onde é que nasceram, nós temos o processo guardado, e vou-lhes mostrar quando eles quiserem. Acho que é importante!

Nádia: Obrigada!